

Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

4º trimestre de 2017

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão



Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

4º trimestre de 2017

Brasília-DF, março de 2018

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Leany Barreiro de Sousa Lemos
Secretária

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Martinho Bezerra de Paiva
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz

Diretor

Clarissa Jahns Schlabit

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Sandra Regina Andrade Silva

Chefe do Núcleo de Contas Regionais

Carlos Alberto Reis

Chefe do Núcleo de Análise de Índice de Preços

Euripedes Regina Rodrigues de Oliveira

Economista

João Renato Lerípio Gomes

Pesquisador

Larissa Maria Nocko

Pesquisadora

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. ECONOMIA BRASILEIRA.....	7
2.1. Nível de atividade.....	7
2.2. Inflação.....	8
2.3. Mercado de trabalho.....	8
2.4. Política fiscal	9
3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF.....	10
3.1. Segmento de Comércio.....	12
3.2. Setor Serviços.....	14
4. ANÁLISE DE PREÇOS	17
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL	22
6. RESULTADO FISCAL DO DF.....	29
6.1. Receitas	30
6.2. Despesas	33
6.3. Investimentos	35
6.4. Resultado e Meta	35
6.5. Sustentabilidade do Endividamento e Disponibilidade.....	36

SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasil

- A economia brasileira continua a mostrar recuperação, com avanço de 1,0% no ano e de 2,1% no quarto trimestre frente ao mesmo trimestre de 2016. No ano, destacam-se agropecuária e indústrias extrativas. Já o crescimento do último trimestre adveio da agropecuária, da indústria de transformação e do comércio.
- A inflação brasileira alcançou 2,95% acumulados em 2017, abaixo do limite inferior do intervalo de confiança da meta de inflação estabelecida pelo CMN.
- O mercado de trabalho também se recupera. A taxa de desocupação, conforme a PNAD Contínua, registrou 11,8% no quarto trimestre frente a 12,4% registrados no trimestre anterior, resultado do aumento da informalidade.
- No acumulado em 12 meses, o déficit primário, com auxílio de algumas receitas extraordinárias, alcançou R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB), um recuo R\$ 41,8 bilhões (0,66 p.p. do PIB) em relação ao mês de setembro, nesta base de comparação. O déficit nominal, no acumulado em 12 meses, registrou saldo negativo de R\$ 511,4 bilhões (7,40% do PIB).

Distrito Federal

- O Idecon-DF estima redução da ordem de 0,3% em 2017. O PIB brasileiro aumentou 1,0%. A Agropecuária mostrou crescimento de 15,7%, porém possui baixa influência sobre o desempenho econômico geral. A Indústria diminuiu 2,8% e o setor de *Serviços*, -0,2%.
- Contudo, a recuperação econômica é evidenciada nos resultados do quarto trimestre, que registrou alta de 1,1%, frente ao mesmo trimestre de 2016. Nessa base de comparação, a agropecuária aumentou 11,1%, a indústria diminuiu 1,8% e os serviços variaram 1,2%, no DF.
- O volume de vendas do comércio varejista ampliado registrou, no quarto trimestre de 2017, alta 3,4%, e no ano, variação de 3,7%. Destacam-se positivamente o comércio de móveis (6,0%), e material de construção (24,9%) e de vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (19,0%).
- O volume de serviços registrou queda de 5,7% no trimestre e de 11,4% no ano. Todos os segmentos de serviços apresentaram retração no resultado anual, porém, na evolução ao longo dos trimestres, as retrações desaceleraram.
- Em 2017, o IPCA de Brasília acumulou variação de 3,76%, ficando acima da do Brasil de 2,95%. Os grupos que levaram a esse resultado no DF foram: saúde e cuidados pessoais e transportes, ambos com pressões de alta e alimentação e bebidas, que tiveram deflação, porém, menor do que no país.
- Os resultados da PED Brasília registraram diminuição da taxa de desemprego total, alcançando 17,9%, em relação a setembro (18,7%) e a dezembro de 2016 (18,6%). Em dezembro, o total de desocupados estava estimado em 292 mil pessoas. Pelos resultados do CAGED, o DF acumulou um saldo positivo de 373 empregos formais em 12 meses de 2017..

1. INTRODUÇÃO

Esta é a terceira edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, consolidando o trabalho de acompanhamento econômico que a Codeplan vem realizando. O Boletim se refere ao quarto trimestre de 2017 e oferece um fechamento do ano também. A defasagem de quase três meses se faz necessária para compatibilizar os dados econômicos do Distrito Federal, objetivando apresentar um quadro completo da economia no período avaliado. Contudo, a Codeplan acompanha e analisa, em outras publicações, as variáveis econômicas mais recentes já disponibilizadas, como é o caso do IPCA/Brasília e da PED.

Quando se analisam os números da economia do Distrito Federal ao longo de 2017, é possível perceber que a retração econômica verificada nos últimos trimestres desacelerou. Ainda que no resultado anual, quando se compara a 2016, o cenário ainda se mostre recessivo, o resultado no quarto trimestre oferece um quadro de reversão para quase todas as variáveis econômicas relevantes, com números positivos.

Dentre os números positivos no ano, cita-se o indicador de desempenho da agropecuária, do comércio varejista ampliado, do nível de preços e os principais indicadores de mercado de trabalho. No trimestre, destaca-se o desempenho do setor de *Serviços*, a queda da taxa de desemprego, e, também, os números fiscais do governo estadual, como o aumento de receita corrente líquida.

Esta análise de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do IDECON-DF, e de pesquisas mensais de serviços e comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números das pesquisas disponíveis para o DF, como a PED e a PNADCT, e do banco de dados CAGED do Ministério do Trabalho. Por fim, uma breve avaliação do quadro fiscal do Governo do Distrito Federal é oferecida, com base em relatórios oficiais.

2. ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. Nível de atividade

Os resultados apurados pelo IBGE para o quarto trimestre de 2017 indicam continuidade no processo de recuperação da atividade econômica brasileira¹. Na comparação com o terceiro trimestre do ano, o PIB mostrou estabilidade, com variação de 0,1%, e, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB avançou 2,1%. Já no acumulado do ano, a elevação registrada foi 1,0%, o que reflete na expectativa do mercado de que o produto mostre crescimento, em 2018, de 2,87%, de acordo o boletim Focus do Banco Central do Brasil de 9 de março de 2018.

Na análise por segmentos, a agropecuária e a indústria de transformação se destacam na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, com variação de 6,1% e 6,0%, respectivamente. O resultado da agropecuária advém do desempenho da lavoura sazonal e do aumento da produtividade no campo que ocorreu ao longo do ano. E, a recuperação da indústria de transformação é ratificada com essa variação vigorosa no último trimestre do ano, devido ao avanço na produção de veículos, equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos, móveis, metalurgia e produtos de borracha e plástico.

No ano, os destaques são a agropecuária, com 13,0%, e as indústrias extrativas, com 4,3% de variação frente ao ano de 2016. A agropecuária influenciou positivamente o PIB do país, desde o primeiro trimestre apresentando altas significativas, encadeando um processo de recuperação na agroindústria e no agrosserviços. Aumento de produtividade e da quantidade produzida resultam em uma supersafra, e produtos como milho e soja se destacaram no contexto geral. Já as indústrias extrativas cresceram com o avanço da extração de petróleo e gás natural, principalmente.

A construção civil merece destaque negativo, novamente com uma retração, de -1,6%, na comparação trimestral. No ano, a variação foi de -5,0%, comprovando a dificuldade de restabelecimento dos níveis de atividade do setor.

No segmento de serviços, a expansão de 1,7% na variação trimestral advém, principalmente, do bom desempenho de transportes, armazenagem e correio (4,4%), e do comércio (4,4%) e atividades imobiliárias (2,1%). Na comparação anual, estas mesmas atividades se destacam, com variações de 0,9%, 1,8% e 1,1%, respectivamente. Os segmentos de administração pública, importantes no Distrito Federal por possuírem participação elevada na sua economia, tiveram variação positiva de 0,3% no trimestre e de -0,6% em 2017.

Pela ótica da demanda, o destaque positivo continuou sendo o consumo das famílias, com variação de 2,6% no quarto trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior. No ano, essa variação ficou em 1,0%, influenciada pelo processo desinflacionário, pela redução dos juros básicos e pela gradual recuperação do mercado de trabalho. Já o investimento (formação bruta de capital fixo) variou 3,8% no trimestre, e recuou 1,8% em 2017, indicando

¹ De acordo com o COTACE (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos) da IBRE/FGV, a economia brasileira saiu da recessão no quarto trimestre de 2016, após 11 trimestres, e que a recuperação tem sido mais lenta do que a verificada em outras recessões pela qual o país passou.

que o processo de recuperação começou a ocorrer mais para o fim do ano, principalmente em máquinas e equipamentos (bens de capital).

No que se refere ao setor externo, as exportações brasileiras apresentaram crescimento trimestral de 9,1% e de 5,2% no ano. As importações variaram 8,1% no quarto trimestre frente ao quarto trimestre do ano anterior, e 5,0% em 2017 frente a 2016. De um lado, as exportações refletiram a produção em setores como a *agropecuária* e *segmentos automotivos* e de *máquinas e equipamentos*, e, de outro lado, as importações de produtos de siderurgia e metalurgia, equipamentos de informática, máquinas e aparelhos elétricos sinalizam aumento de consumo intermediário, criando-se, portanto, um início de ciclo virtuoso.

2.2. Inflação

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, apresentou comportamento estável nos últimos meses de 2017, depois de um longo processo de desinflação iniciado em setembro de 2016. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o IPCA registrou variação no acumulada no ano de 2,95%. Os grupos de *educação, saúde e cuidados pessoais* e *habitação* pressionam para cima o resultado enquanto os grupos *artigos de residência* e *alimentos e bebidas* controlam a elevação com números negativos. Os alimentos são os grandes responsáveis pelo comportamento da inflação brasileira por ter peso significativo (de mais de 1/5) na cesta de consumo do brasileiro. Assim, no acumulado em 12 meses, fechou abaixo do limite inferior da meta de inflação perseguida pelo Banco Central do Brasil de, 3,00% ao ano em 2018.

As expectativas de mercado, sintetizadas no boletim Focus do Banco Central de 19 de março de 2018, apontam inflação de 3,67% em 2018. Esse aumento frente ao resultado registrado até dezembro de 2017, se deve à elevação de itens administrados como energia elétrica e gás de botijão e também, porque há uma expectativa de que os preços dos alimentos não apresentem queda tão relevante nesta safra.

2.3. Mercado de trabalho

O mercado de trabalho continua a exibir sinais de recuperação. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 11,8% no quarto trimestre frente a 12,4% registrado no trimestre anterior. Trata-se da terceira queda no indicador após dez trimestres. O nível de ocupação avançou 0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior, gerando uma estimativa de 92.108 mil pessoas ocupadas. Quando comparado ao quarto trimestre de 2016, o nível de ocupação registrou aumento de 1,85 milhão de pessoas.

Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho (MT), reforçam o cenário de melhora no mercado de trabalho. Houve redução de 25.358² postos de trabalho formais nos 12 meses do ano. Embora este resultado seja negativo, o número reflete uma recuperação, principalmente quando se compara com o ano de 2016, quando houve o fechamento líquido de 1.326.558 de postos.

Quanto aos rendimentos reais do trabalho principal, dados da PNAD Contínua mostram estabilidade há alguns trimestres, estimado em torno de R\$ 2.070,00. Essa manutenção do poder de compra é um dos motivos da recuperação do consumo das famílias, refletido no PIB brasileiro. Assim, estes desenvolvimentos no mercado de trabalho reforçam o cenário de otimismo em relação à recuperação da atividade.

² Resultado do CAGED somado ao CAGED fora de prazo, de 12 de março de 2018.

2.4. Política fiscal

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para dezembro sugerem alguma melhora em relação a setembro. Entretanto, vale ressaltar que os desenvolvimentos na área fiscal estão fortemente ligados à condução do processo político. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 32,3 bilhões em dezembro. No acumulado em 12 meses, o déficit primário alcançou R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB), um recuo R\$ 41,8 bilhões (0,66 p.p. do PIB) em relação ao mês de setembro, nesta base de comparação. Apesar do esforço do Governo Federal em reduzir gastos, as despesas com INSS continuam contribuindo para a manutenção do déficit primário em patamar elevado. Mais especificamente, o INSS registrou déficit de R\$ 182,4 bilhões em dezembro (2,78% do PIB), no acumulado em 12 meses.

No lado financeiro, a despesa com juros nominais do setor público consolidado foi de R\$33,3 bilhões em dezembro. No acumulado em 12 meses, a despesa alcançou R\$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB) em dezembro. Na comparação com setembro, houve recuo de R\$ 14,2 bilhões (0,28 p.p do PIB). Concorreu para este resultado a redução de R\$ 8,6 bilhões (0,07 p.p do PIB) na despesa do Governo Federal e o expressivo aumento do superávit do Banco Central em cerca de R\$ 22,9 bilhões (0,35 p.p do PIB).

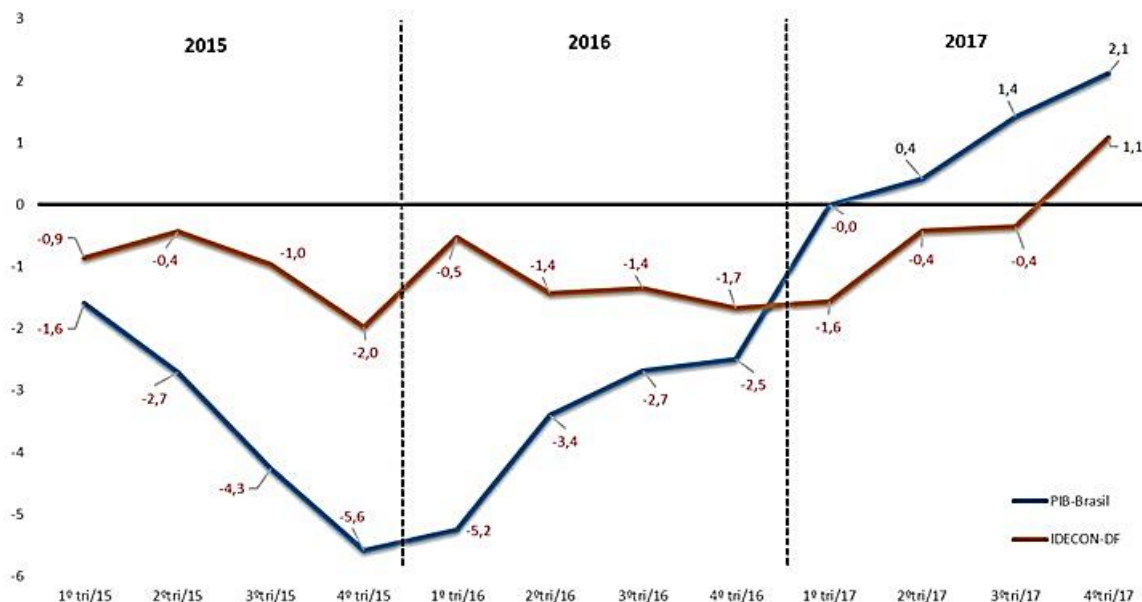
Por fim, o resultado nominal foi deficitário em R\$ 65,6 bilhões em dezembro. No acumulado em 12 meses, o déficit nominal do setor público consolidado soma R\$ 511,4 bilhões (7,40% do PIB). Este valor representa uma redução de R\$ 56,1 bilhões (0,95 p.p do PIB) em relação ao mês de setembro, quando o montante observado foi de R\$ 567,5 bilhões (8,75% do PIB).

Pela ótica do estoque, a dívida bruta do governo geral alcançou R\$ 4,85 trilhões em dezembro (74,0% do PIB), elevando-se 0,2 p.p. do PIB em relação a setembro. A dívida líquida do setor público, por sua vez, alcançou R\$ 3,38 trilhões (51,6% do PIB) em dezembro ante R\$ 3,3 trilhões (50,9% do PIB) em setembro.

3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

Os indicadores econômicos mostram que a economia do Distrito Federal atingiu a recessão de forma mais branda e com uma certa defasagem. Nos anos de 2015 e 2016, a economia do Brasil teve maior queda de atividade do que o DF e, em 2017, a economia brasiliense mostrou resultado pior do que o Brasil³ em todos os quatro trimestres do ano. Esse comportamento pode ser visto no Gráfico 1, com a queda no nível de atividade nacional sendo maior e mais abrupta, enquanto no DF a retração se mostra mais amena e ocorre mais lentamente. A saída de recessão tem se dado de maneira análoga: há sinais de recuperação no DF, porém mais incipientes do que os sinais verificados na economia brasileira.

Gráfico 1 - Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desempenho Econômico do DF (Idecon-DF) - Trimestre em relação ao mesmo trimestre no anterior - Brasil e Distrito Federal - 2015 a 2017



Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: NUCON/GECON/DIEPS/Codeplan

O *Idecon-DF* estimado aponta para alta da ordem de 1,1% no quarto trimestre frente ao mesmo trimestre de 2016, enquanto o PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 2,1%. Na comparação anual, a diferença é também visível, com o Brasil fechando o ano com crescimento de 1,0% e o DF com contração de 0,3%.

Esta diferença é observada em todos os grandes setores da economia, avaliados na Tabela 1. Enquanto no Brasil, os grandes setores não mostraram resultado negativo, no Distrito Federal, somente o setor *Agropecuário* registrou elevação. Contudo, este possui pequeno peso na economia local, de forma que seu resultado não influenciou sobremaneira o desempenho da atividade econômica regional.

³ Os resultados negativos podem ser observados pela evolução dos Indicadores de Desempenho da Economia do Distrito Federal (Idecon-DF), que é uma estimativa de medição da atividade econômica da região, mensurada pela CODEPLAN e que monitora a variação do volume de atividade econômica de maneira trimestral.

Tabela 1 - Idecon-DF e PIB-Brasil por setores e atividades econômicas - Variação (%) trimestral e anual em relação ao mesmo período do ano anterior - 2017

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil			Idecon - DF			Peso (%) das atividades
	2016	4º tri 2017/ 4º tri 2016	2017	2016	4º tri 2017/ 4º tri 2016	2017	
Agropecuária	-4,3	6,1	13,0	1,0	11,1	15,7	0,3
Indústria	-4,0	2,7	0,0	-2,4	-1,8	-2,8	5,4
Extrativa mineral	-2,7	-0,1	4,3	-	-	-	-
Indústria de transformação	-5,6	6,0	1,7	-3,5	0,6	-1,1	1,4
Construção	-5,6	-1,6	-5,0	-3,5	-1,4	-3,1	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	7,1	0,0	0,9	-	-	-	-
Outros da indústria ⁽¹⁾	-	-	-	1,8	-6,0	-4,4	1
Serviços	-2,6	1,7	0,3	-1,2	1,2	-0,2	94,3
Comércio	-6,1	4,4	1,8	-7,4	-1,0	-2,1	6,8
Serviços de informação	-3,2	1,5	-1,1	-1,6	-1,3	-1,5	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-3,3	0,3	-1,3	-3,2	0,7	-1,9	14,3
Administração, saúde e educação públicas	0,6	0,3	-0,6	-0,5	0,9	0,0	44,7
Transporte, armazenagem e correio	-6,8	4,4	0,9	-	-	-	-
Atividades imobiliárias	0,2	2,1	1,1	-	-	-	-
Outros serviços ⁽²⁾	-3,2	1,0	0,4	0,4	2,9	0,9	25,2
Idecon-DF / PIB-Brasil	-3,5	2,1	1,0	-1,2	1,1	-0,3	100

Fontes: Codeplan e IBGE

Elaboração: NUCON/GECON/DIEPS/Codeplan

⁽¹⁾ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.⁽²⁾ Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

A despeito disso, o resultado do *Idecon-DF* se mostra melhor do que o observado no mesmo trimestre do ano anterior, quando teve contração de 1,7%. A comparação anual ratifica o resultado: em 2016, a economia do DF mostrou retração de -1,2% e, em 2017, a retração estimada é de 0,3%. A desaceleração da recessão econômica do DF advém da recuperação do setor *Agropecuário* e, também, da estabilização da queda no volume do setor de *Serviços*, principalmente, *administração pública* e *comércio*.

Entre os grandes setores econômicos que compõem o *Idecon-DF*, a *agropecuária* mostrou crescimento no ano de 15,7%. A boa safra de grãos ocorreu em praticamente todo o país, de maneira que no DF não foi diferente, embora sua participação seja de 0,3% no PIB local⁴, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral.

Já a *indústria* do DF reduziu 2,8% se nível de atividade em 2017, pior do que em 2016. Novamente, o segmento de *construção*, que é responsável por mais da metade do setor *Industrial*, manteve sua trajetória de queda com -3,1%. No Brasil a *construção* retraiu -5,0% no mesmo período, ficando claro que a crise nesse segmento é generalizada. Note-se, no entanto, que na comparação trimestral, o segmento da *Indústria de Transformação* registrou variação positiva, tanto no Brasil como no DF, ratificando o movimento de recuperação iniciado ao longo de 2017.

Finalmente, o setor de *Serviços*, com maior participação na estrutura produtiva do DF, apresentou retração de 0,2% no ano, enquanto no país houve alta de 0,3%. No DF, o *Comércio*, *Serviços de Intermediação financeira*, e *Serviços de informação* foram os responsáveis pelo resultado negativo anual. Note-se que no Brasil, a *Administração pública* registrou

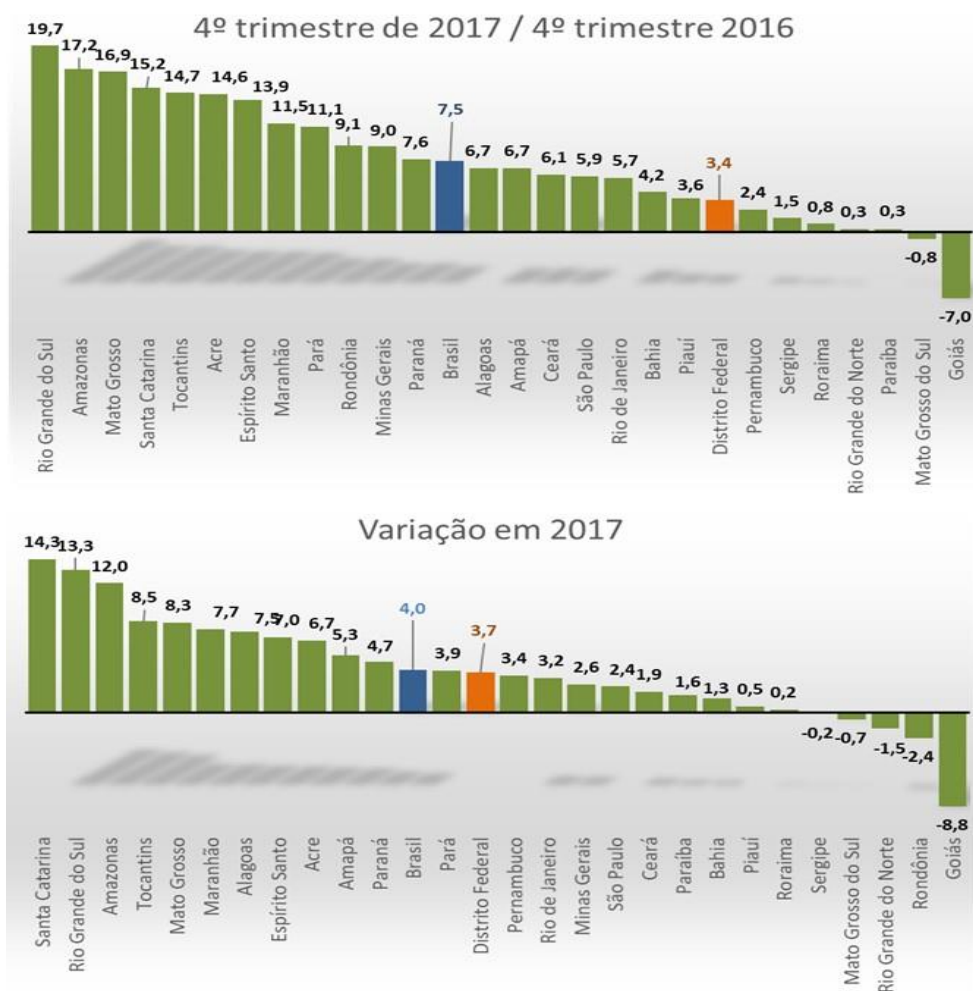
⁴ A agricultura local é desenvolvida em pequenas áreas, dada a dimensão territorial do Distrito Federal.

retração enquanto no DF houve estabilidade, e o *Comércio* brasileiro cresceu, ao contrário do segmento comercial no DF, que teve contração. Contudo, na comparação trimestral, o resultado do quarto trimestre de 2017 para o DF mostrou melhor desempenho no setor de *Serviços*. Apesar de a queda persistir no *Comércio* e no *Serviços de Informação*, nos demais segmentos o volume de atividade mostrou elevação na comparação com o mesmo período de 2016, mais uma vez ratificando a saída de recessão. O ponto pouco favorável é que, dada a baixa generalização desses resultados positivos e a reduzida magnitude da variação, os números confirmam que a retomada econômica vem sendo mais lenta do que o esperado.

3.1. Segmento de Comércio

Em relação ao comércio, que representa 6,8% da economia do DF, de acordo com o IBGE, o volume de vendas do *comércio varejista ampliado* do Distrito Federal registrou, no quarto trimestre de 2017, alta de 3,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, essa variação foi de 7,5%, de forma que o DF se encontra na 20ª colocação no ranking das unidades federativas. Já quando se compara o ano de 2017 ao ano de 2016, a variação foi de 3,7%, percentual que também foi menor do que a média brasileira, de 4,0%. Porém, o resultado anual, posiciona o DF em melhor colocação entre aos resultados do comércio das unidades federativas, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Variação (%) do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado⁽¹⁾ - Brasil e Unidades da Federação - Variação Anual e Trimestral - 2017



Fonte: PMC/IBGE

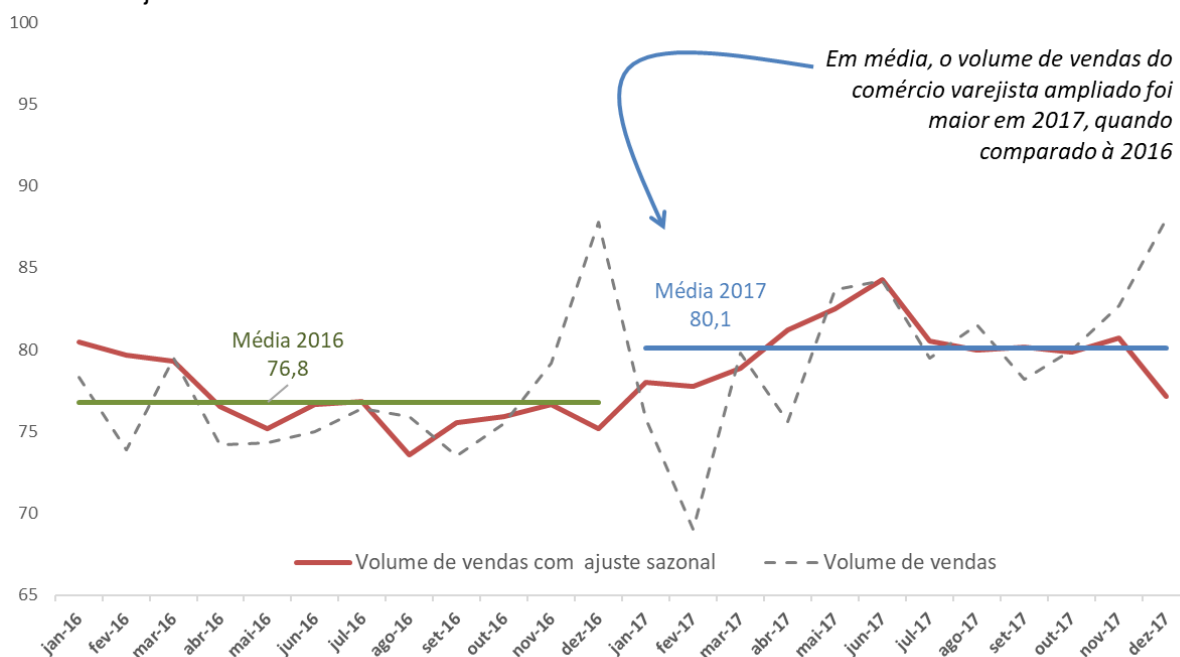
Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e de material de construção.

A evolução do índice de volume de vendas do *comércio varejista ampliado* no Distrito Federal é apresentada no Gráfico 2. Note-se que, ao se retirar a sazonalidade do índice, a trajetória muda no último trimestre, ou seja, quando se retira as elevações anuais periódicas de vendas no comércio nos últimos meses do ano, percebe-se que houve redução do volume de vendas, em novembro e em dezembro.

Contudo, quando se analisa a média anual, é visível o melhor resultado das vendas na comparação com 2016, ainda que tímido. Isso significa dizer que, mesmo que tenha havido algum nível de desaceleração no último bimestre do ano, no ano, o comércio mostrou alguma recuperação em seu nível de atividade.

Gráfico 2 - Índice de volume de vendas com ajuste sazonal e sem ajuste sazonal - Distrito Federal - janeiro de 2016 a dezembro de 2017



Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Comércio varejista ampliado inclui, além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção

A explicação para o desempenho do *comércio* pode ser vista na Tabela 2. Em alguns segmentos econômicos houve vigorosa recuperação do volume de vendas, como é o caso do comércio de *móveis* (26,0%) e *material de construção* (24,9%) e de vendas de *veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção* (19,0%). Contudo, em outros segmentos, as vendas ainda agonizam, de forma que o resultado para o conjunto de atividades econômicas do comércio é de uma variação menor.

Tabela 2 - Volume de vendas dos segmentos do comércio varejista ampliado - Variação trimestral e anual frente ao mesmo período do ano anterior (%) - Distrito Federal - 2017

Volume de vendas comércio varejista e comércio varejista ampliado ⁽¹⁾					
Atividades	DISTRITO FEDERAL				
	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017	4º TRI 2017	2017
Combustíveis e lubrificantes	-6,2	-11,2	-10,8	-10,8	-9,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-22,0	-8,4	-7,3	-11,3	-12,4
<i>Hipermercados e supermercados</i>	-25,7	-12,4	-12,6	-15,9	-16,8
Tecidos, vestuário e calçados	-0,9	1,4	-2,4	-8,5	-3,0
Móveis e eletrodomésticos	-0,3	6,1	13,0	7,1	6,3
<i>Móveis</i>	-17,3	38,4	44,7	48,9	26,0
<i>Eletrodomésticos</i>	-9,8	0,8	8,7	-0,2	-0,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-4,5	-1,0	6,0	3,4	1,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,7	-2,5	-7,9	-28,8	-11,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	29,6	7,1	-29,8	-2,4	0,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-5,1	5,7	4,2	5,3	2,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,3	37,0	19,4	17,0	19,0
Material de construção	23,2	24,5	28,7	23,3	24,9

Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

Portanto, o *Comércio varejista ampliado* mostra alguma recuperação em 2017, apesar de ter havido uma leve desaceleração no final do ano, em consonância com o movimento do consumo das famílias em todo o país. De maneira geral, das dez atividades de comércio que compõem o índice, no Distrito Federal, seis registraram sinal positivo, o que é um bom indicativo de disseminação da recuperação econômica. Cabe mencionar que um melhor nível de vendas na região indica, também, uma melhor situação da renda das famílias e do crédito, no que toca a disponibilidade de consumo e a expectativas quanto ao futuro.

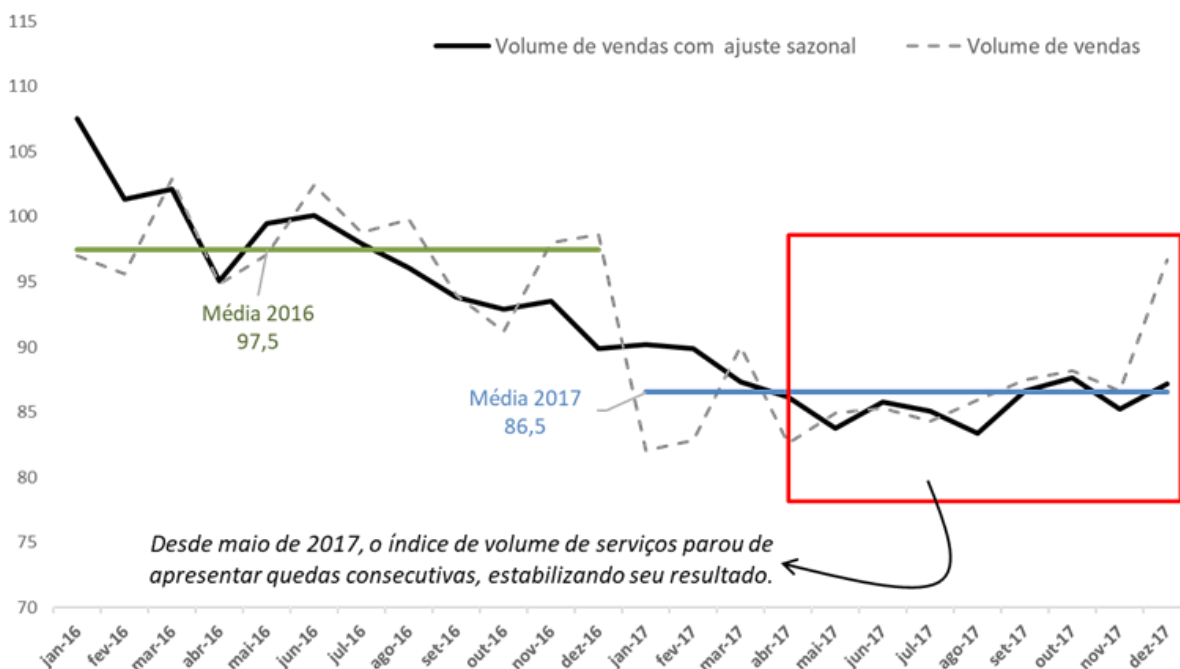
3.2. Setor Serviços

De acordo com as estimativas, o volume de *serviços*⁵ do Distrito Federal registrou no quarto trimestre do ano, queda de 5,7 quando comparado ao mesmo período de 2016. No entanto, quando se compara com os resultados dos demais trimestres, a queda se mostra cada vez menor, com as variações sendo de -13,7% no primeiro trimestre, de -14,1% no segundo e de -11,9% no terceiro⁶. No ano, a queda acumulada foi de 11,4%.

Esses números ratificam uma lenta trajetória de recuperação do DF, que pode ser observada a partir do comportamento do índice de volume de *serviços*, no Gráfico 3. Desde maio do ano passado, o volume de serviços parou de apresentar quedas consecutivas, estabilizando seu resultado, ainda que negativo.

⁵ O IBGE divulga mensalmente os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), os quais contemplam indicadores que permitem acompanhar a evolução conjuntural no âmbito do setor de *Serviços* no DF.

⁶ Quando a série é ajustada para considerar a sazonalidade, os resultados são de: -3,2% no 1º trimestre, -4,3% no segundo trimestre, -0,3% no terceiro trimestre, e +1,9% no quarto.

Gráfico 3 - Índice de volume de serviços com ajuste sazonal e sem ajuste sazonal - Distrito Federal - janeiro de 2016 a dezembro de 2017

Fonte: PMC/IBGE
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Esse índice de volume, estimado pelo IBGE, não incorpora dados referentes ao setor *financeiro* (*intermediação financeira, seguros e previdência complementar*) – que tem peso de 14,3% na economia brasileira –, do *comércio* – com peso de 6,8% (analisado em outra pesquisa) – e, também, não avalia o desempenho da *administração, saúde e educação públicas*, com participação de 44,7%. Ou seja, esses números mostram o desempenho de parte do setor de *serviços*, que representa em torno de 30% da economia do Distrito Federal.

Tabela 3 - Índice de volume de serviços por segmentos de atividade econômica - Variação (%) trimestral e anual frente ao mesmo período do ano anterior - 2017

Atividades	Volume de serviços				
	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017	4º TRI 2017	2017
Serviços prestados às famílias ⁽¹⁾		-17,0	-18,0	-18,3	-18,7
Serviços de informação e comunicação	-5,8	1,7	-0,8	4,6	-0,2
Serviços profissionais, administrativos e complementares ⁽²⁾	-12,9	-6,8	-6,6	4,1	-5,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-5,2	-14,6	-14,5	-6,8	-10,4
Outros serviços ⁽³⁾	-21,5	-40,2	-24,2	-21,3	-27,2

Fonte: PMS/IBGE
Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Os serviços prestados às famílias incluem alojamento e alimentação e outros serviços.

(2) Os serviços profissionais, administrativos e complementares incluem serviços jurídicos, contábeis, de engenharia e arquitetura, de publicidade, e serviços de seleção de mão de obra, de agências de viagem, vigilância e segurança, entre outros.

(3) Outros serviços incluem atividades como as imobiliárias, as atividades de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação, atividades de apoio à agropecuária e atividades de esgoto e coleta de resíduos sólidos.

No resultado trimestral, o volume de serviços registrou alta no segmento de *informação e comunicação*, com 4,6%, e nos *serviços profissionais, administrativos e complementares*, com 4,1%. Este último é um segmento que presta serviços a outras empresas e, para se recuperar, ele depende da recuperação de outros estabelecimentos. Dessa maneira, uma variação positiva nessas atividades indica melhora no nível de atividades de outros setores da economia, mais uma vez confirmando o desempenho do quarto trimestre.

Já na comparação anual, destaque-se o desempenho negativo do segmento *outros serviços*, com diminuição de 27,2% em 2017. Esse segmento é composto por uma série de atividades econômicas, como as *imobiliárias*, as de *manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação*, etc. Dessa forma, não é possível afirmar em qual dessas atividades que houve a maior queda.

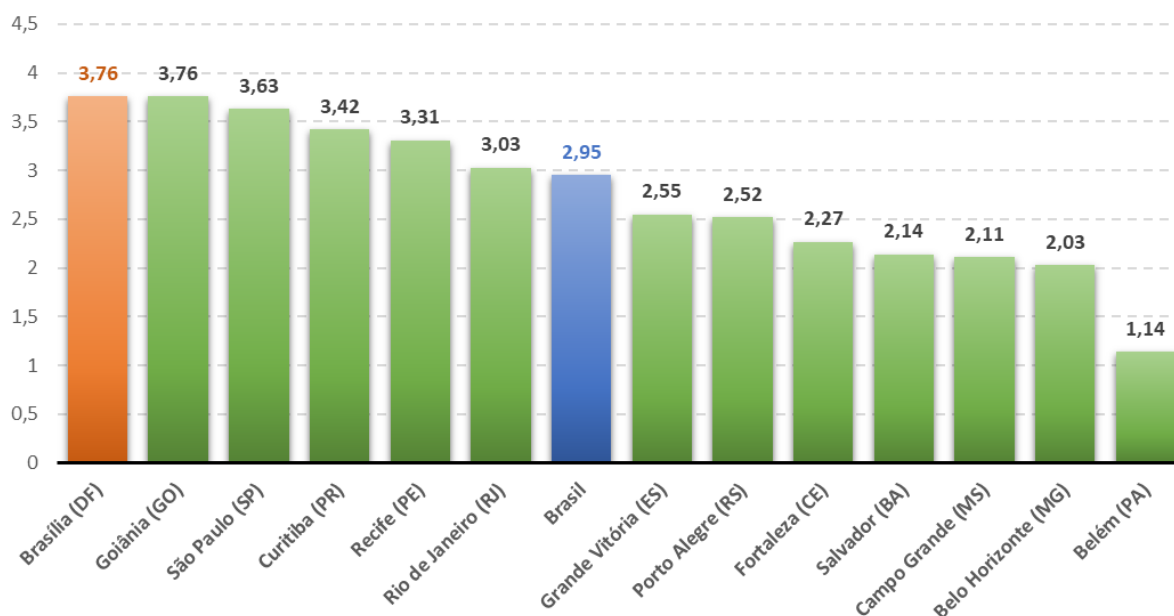
Pela Tabela 3, observa-se que a retração é generalizada entre os segmentos do setor na comparação anual. Entretanto, este resultado está relacionado à base de comparação, que é o ano de 2016, quando o volume de atividade estava muito mais alto, conforme visto no Gráfico 3.

A recuperação gradual dos serviços e suas atividades ocorre de maneira mais perceptível no quarto trimestre, em que se observa o registro de algumas variações positivas, como é o caso dos *serviços de informação e comunicação*, com 4,6%, e *serviços profissionais, administrativos e complementares*, com 4,1% de alta na comparação com o mesmo período de 2016. Assim, a expectativa é de que a recuperação da economia do DF se dissemine no setor de *Serviços* ao longo deste ano de 2018.

4. ANÁLISE DE PREÇOS

A inflação oficial de Brasília, medida pelo IPCA, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou no mês de dezembro de 2017, aumento de 0,59% na comparação com o mês anterior. Com este resultado mensal, Brasília fechou o ano com inflação acumulada de 3,76%, maior resultado entre todas as regiões pesquisadas. O Gráfico 4 mostra a variação da inflação no ano em ordem. Goiânia registrou a mesma variação, dividindo a primeira posição entre das regiões da pesquisadas.

Gráfico 4 - IPCA - Variação percentual (%) acumulada em 12 meses - Brasil e Regiões pesquisadas - dezembro de 2017

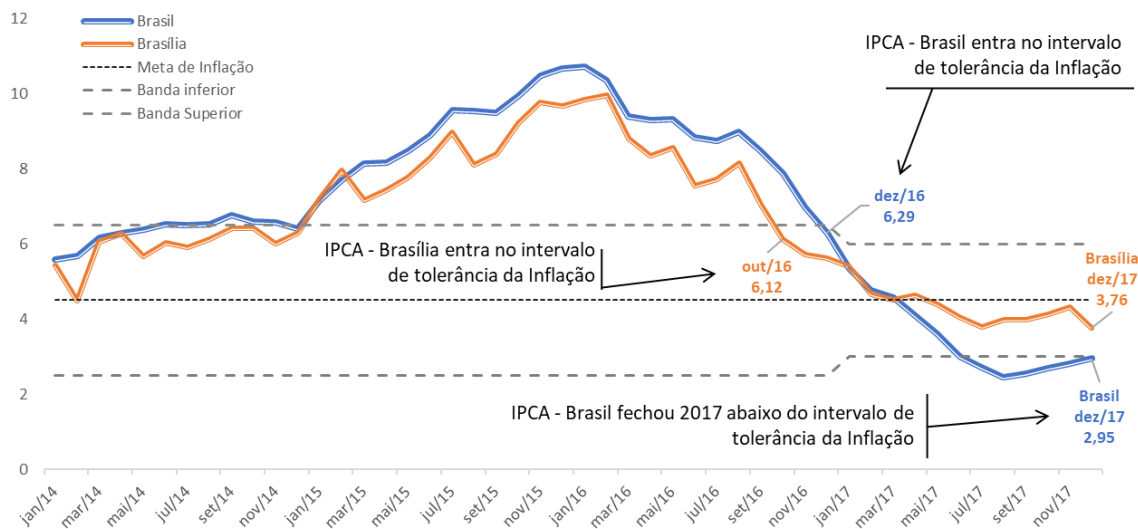


Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

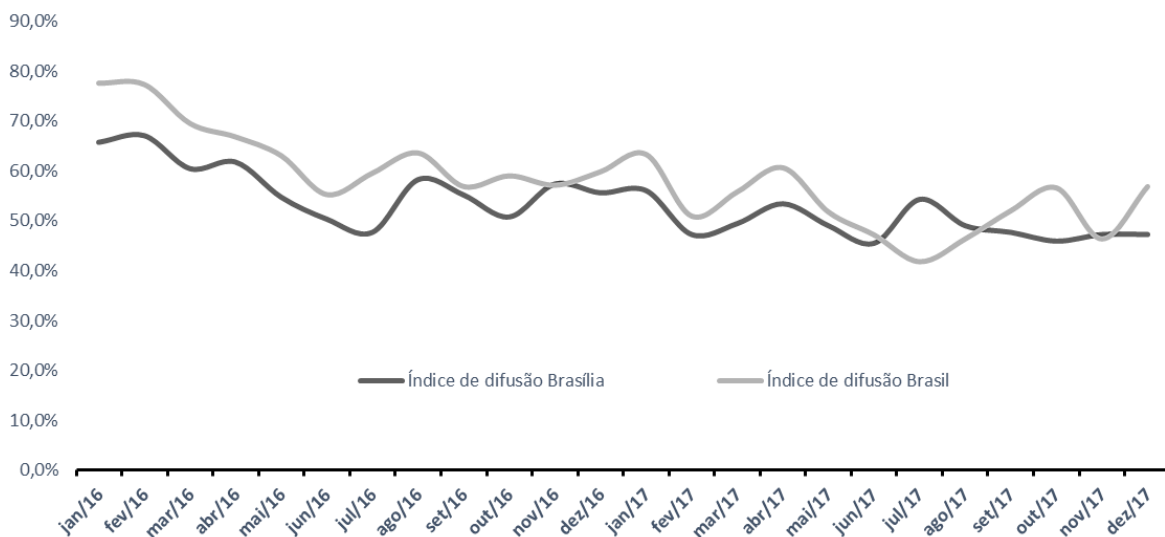
Já o IPCA Brasil terminou 2017 com uma inflação de 2,95%, abaixo do limite inferior da meta de inflação estabelecida (3,0%). A trajetória de queda da inflação brasileira para atingir esse nível começou em janeiro de 2016 e se intensificou ao longo de 2017. Como mostra o Gráfico 5, a inflação do Brasil registrou variação acumulada em 12 meses dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação em dezembro de 2016 e abaixo do limite inferior a partir de junho, patamar que vem sendo mantido. Uma vez que uma série de preços administrados sofreram reajustes em 2017, a explicação para uma inflação brasileira baixa reside na deflação de alimentos advinda, principalmente, da supersafra verificada em 2016/2017.

O IPCA de Brasília, em sua trajetória descendente, alcançou o limite superior da inflação antes, em outubro de 2016, porém, sua curva foi menos inclinada, revelando um descolamento entre os dois índices de maneira mais contundente a partir de julho de 2017. Dessa forma, Brasília terminou o ano com a inflação 0,81 pontos percentuais acima da do país, porém, ainda relativamente baixa e menor do que a meta de inflação estabelecida para o Brasil, de 4,5%.

Gráfico 5 - IPCA - Variação percentual acumulada em 12 meses - Brasil e Brasília - janeiro de 2014 a dezembro de 2017

Fonte: IBGE
Elaboração: NUPRE/GECON/DIEPS/Codeplan

Além disso, de acordo com o índice de difusão calculado, tanto em Brasília, como no Brasil, as variações positivas de preços do IPCA mostraram estabilidade em 2017. Isso pode ser observado no Gráfico 6 com o percentual de itens ao longo de 2017 se mantendo em torno de 50%, isto é, perto da metade dos itens, todos os meses, tiveram algum aumento de preços.

Gráfico 6 - Índice de difusão - IPCA - Brasília/DF e Brasil - janeiro de 2016 a dezembro de 2017

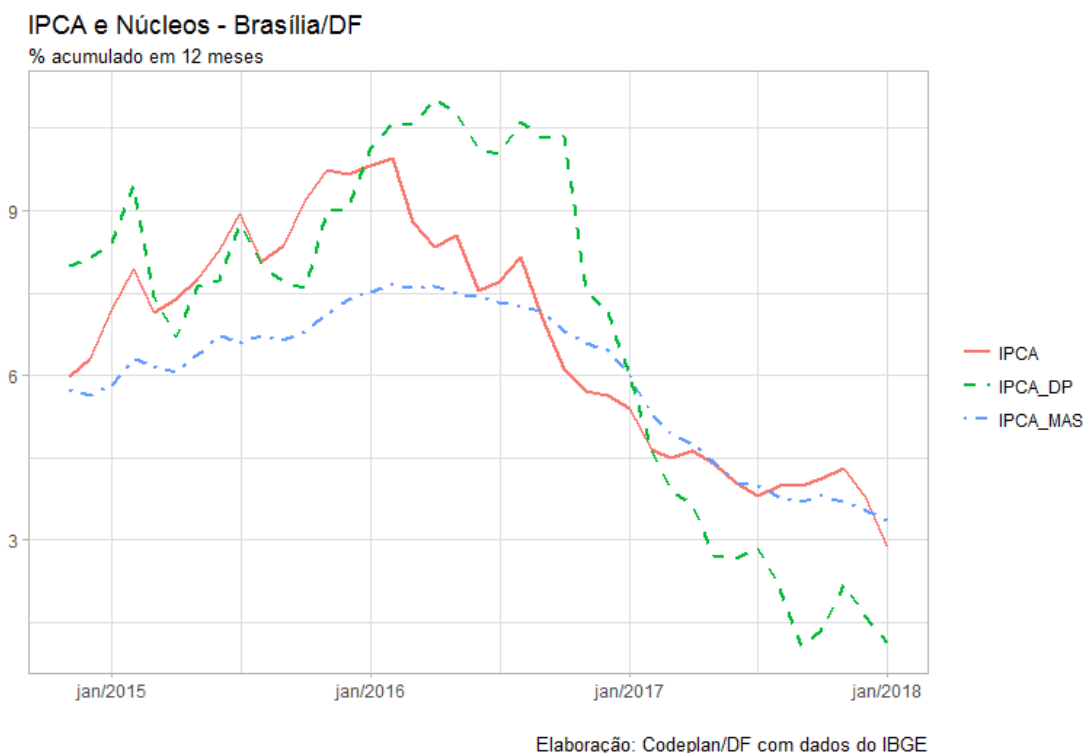
Fonte: IBGE
Elaboração: NUPRE/GECON/DIEPS/Codeplan

Como índices de inflação estão frequentemente sujeitos a choques temporários de magnitude atípica, nem sempre esses índices refletem de maneira acurada a trajetória do conjunto de preços de uma economia. Para contornar este problema, pode-se utilizar medidas alternativas, chamadas de núcleos de inflação. Em geral, os núcleos são calculados a partir de mecanismos de exclusão ou de reponderação dos itens que compõe a cesta de inflação e

que se destacam por sofrerem choques mais pronunciados, como é o caso de produtos que sofrem reajustes de preços somente uma vez ao ano (por exemplo, remédios).

Para o Distrito Federal, foram calculadas duas estimativas de núcleo de inflação, uma por meio da média aparada suavizada (IPCA-MAS) e outra por meio da dupla ponderação (IPCA-DP).⁷ De maneira resumida, o IPCA-MAS desconsidera do cálculo aqueles itens que sofreram as maiores e as menores variações em cada mês. O IPCA-DP, por sua vez, altera a estrutura de pesos dos itens, atribuindo menor peso àqueles itens que apresentam grande volatilidade no período. Portanto, o IPCA-MAS tende a ser inferior (superior) ao IPCA quando um conjunto pequeno de itens sofre grande variação positiva (negativa). Já o IPCA-DP tende a situar-se abaixo (acima) do IPCA quando itens bastante voláteis apresentam variações baixas (elevadas). A Figura 2 exibe essas estimativas além da variação acumulada em 12 meses do IPCA/Brasília. É possível notar que ambas as medidas apresentam boa aderência à série original, respeitando sua trajetória ao mesmo tempo que suaviza movimentos mais abruptos.

Figura 2 - Variação acumulada em 12 meses - IPCA/Brasília e medidas de núcleo de inflação do Distrito Federal, IPCA-MAS e IPCA-DP - Brasília - janeiro de 2015 a janeiro de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: NUPRE/GECON/DIEPS/Codeplan

Ainda na Figura 2, no período mais recente, nota-se que ambas as medidas de núcleo se situam abaixo do indicador original, o que sugere manutenção da trajetória de queda ou acomodação neste nível mais baixo. O IPCA-MAS, entretanto, aponta para uma certa acomodação na margem. O IPCA-DP pode demorar um pouco mais a reagir a novas informações, por ter uma rigidez maior, possivelmente relacionado a sua metodologia. De toda forma, a imagem das séries temporais apresenta uma inflação baixa, em qualquer um dos índices analisados, indicando que o movimento deflacionário ocorreu amplamente em 2017.

⁷ A metodologia dessas estimativas será publicada em breve no site da Codeplan, em nota técnica específica.

De acordo com a Tabela 4, os grupos de maior alta do IPCA em Brasília nos três primeiros trimestres do ano foram: *transportes*, *saúde e cuidados pessoais*, *educação*. O grupo de *saúde e cuidados pessoais*, com 6,51%, pressionaram o ano pelo aumento de valores em planos de saúde e serviços médicos e hospitalares. O grupo *educação*, com alta de 5,03%, apresenta elevação a partir dos reajustes de mensalidades em cursos regulares e outros cursos diversos. Por fim, o grupo *transportes*, com a maior alta acumulada no ano, de 7,54%, pressionou a inflação no início do ano com o aumento das tarifas de transporte urbano ocorrido em fevereiro e, a partir do segundo semestre, com o preço da gasolina, que subiu acima da média nacional, conforme explicam Cruz e Schlabit (2017) em nota técnica sobre os preços da gasolina C no Distrito Federal.

De outro lado, os grupos que mostraram deflação em Brasília foram *artigos de residência*, -3,44%, e *alimentação e bebidas*, com -0,21%. No primeiro caso, o grupo reflete os resultados da crise econômica na região, de maneira que os subgrupos que mais mostram queda de preços são mobiliário, e eletrodomésticos e equipamentos.

Já o grupo *alimentação e bebidas* é um dos que mais pesa na cesta de consumo das famílias de Brasília, sendo de peso ainda maior na composição do INPC, que avalia o consumo das famílias que recebem até cinco salários mínimos.⁸ Dessa forma, a redução observada no IPCA e no INPC oferece um alívio para as famílias que tiveram redução de renda ao longo do período recessivo. A diminuição dos preços dos alimentos acaba sendo um dos responsáveis pelo bom comportamento da inflação de Brasília neste ano de 2017.

Tabela 4 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - Brasília - Variação no ano (%) - 2016 e 2017

Índice geral e grupos	IPCA		INPC	
	2016	2017	2016	2017
<i>Índice geral</i>	5,62	3,76	5,16	3,09
Alimentação e bebidas	7,27	-0,21	7,58	-1,46
Habituação	4,51	4,25	4,44	3,42
Artigos de residência	2,33	-3,44	2,62	-4,05
Vestuário	2,67	4,14	3,23	4,07
Transportes	2,12	7,54	1,78	11,00
Saúde e cuidados pessoais	10,55	6,51	8,48	4,75
Despesas pessoais	9,12	4,53	8,64	3,00
Educação	8,65	5,03	7,58	3,78
Comunicação	1,34	2,61	1,08	1,07

Fonte: IBGE

Elaboração: NUPRE/GECON/DIEPS/Codeplan

Como pode ser visto na Tabela 4, no INPC acumulado no ano, o grupo *transportes* também desponta com a maior inflação, porém em percentual ainda maior do que o verificado no IPCA, de 11,0%. Este resultado foi explicado pelo aumento das tarifas de ônibus urbano ocorrido em fevereiro, que possui maior peso na cesta de consumos dessas famílias, e por causa dos preços da gasolina. Assim, o INPC acumulado em 2017 registrou alta de 3,09%, com as maiores variações advindas do grupo *transportes*, com 11,0%, do grupo *saúde e cuidados pessoais*, com 4,75%, e do grupo *vestuário*, com 4,07%. A pressão de baixa foi registrada no grupo de *artigos de residência*, com -4,05% e *alimentação e bebidas*, com deflação de -1,46%, principal responsável pela baixa inflação do ano no DF. Ainda assim, há uma diferença em relação ao país, já que o INPC/Brasil acumulou alta de 2,07% no ano. O motivo para isso reside principalmente nos grupos *transportes*, e *alimentação e bebidas* tanto

⁸ O peso do grupo alimentação e bebidas no IPCA de Brasília corresponde a cerca de 22%, ao passo que no INPC é de aproximadamente 25%.

para o INPC como para o IPCA. Em ambos os grupos, fatores locais foram os responsáveis pelos aumentos acima da média brasileira (ou, no caso da *alimentação e bebidas*, a deflação foi menor do que no resto do país).

5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

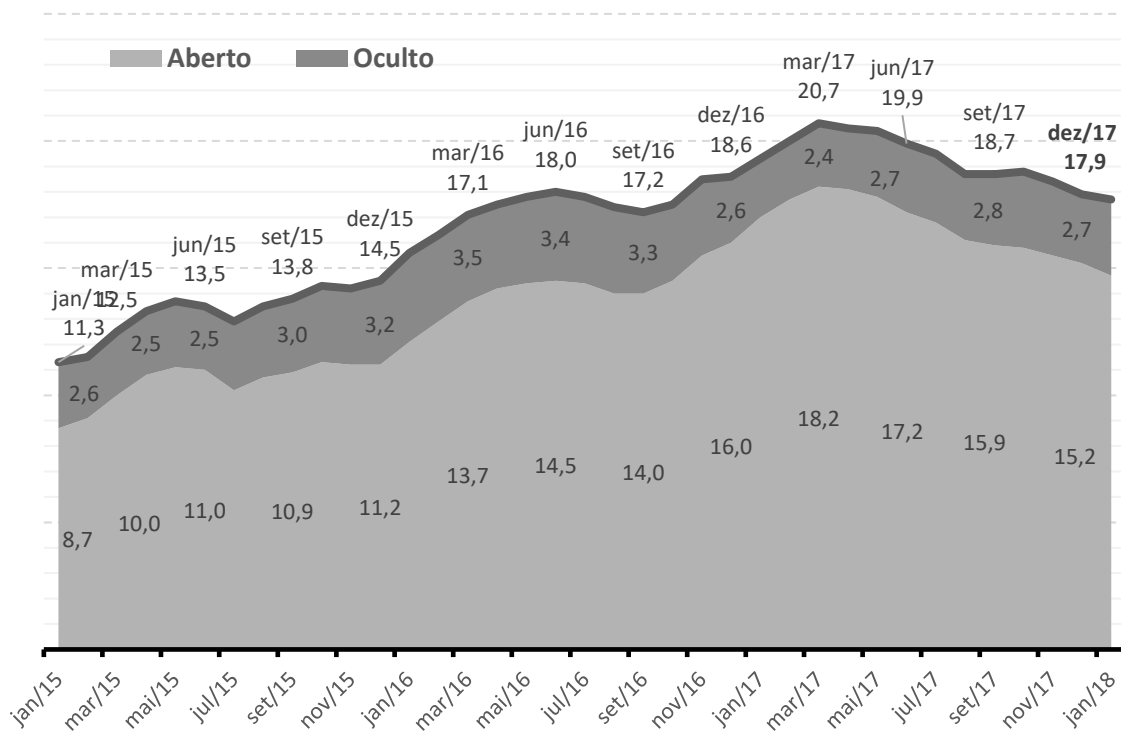
A leitura dos dados da Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) referentes ao quarto trimestre de 2017 parece confirmar a percepção de recuperação gradual do mercado de trabalho no Distrito Federal, iniciada no segundo trimestre, a exemplo do que vem ocorrendo a nível nacional. Entretanto, grande parte da melhora observada concentrou-se nos segmentos de empregados domésticos, autônomos e empregados do setor privado sem carteira assinada, o que sugere alguma cautela a respeito da qualidade destes novos vínculos. Os registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) mostram forte retração no saldo de contratações no trimestre. Todavia, este resultado deve-se, em grande medida, à sazonalidade de dezembro, mês no qual historicamente as demissões superam largamente as contratações.⁹ Por fim, chama atenção a divergência dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), a qual aponta crescimento no desemprego e redução na ocupação. Este resultado ainda não está bem compreendido, uma vez que interrompe a trajetória de recuperação do mercado de trabalho em um momento em que a atividade econômica mostra-se mais resiliente.

A taxa de desemprego medida pela PED passou de 18,7% na média móvel dos três meses encerrados em setembro para 17,9% na média móvel dos três meses encerrados em dezembro. Mais especificamente, este resultado refletiu a redução de 0,8pp na taxa de desemprego aberto. O desemprego oculto, por sua vez, mostrou estabilidade na passagem do terceiro para o quarto trimestre, com variação de -0,1pp.¹⁰ Na comparação com dezembro de 2016, houve recuo de 0,7pp no desemprego total. Vale destacar que, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, o último recuo observado havia ocorrido em setembro de 2013.

⁹ Este resultado é analisado na Nota técnica sobre o CAGED do mês de dezembro de 2017 a ser divulgada na seção de publicações do site <http://www.codeplan.df.gov.br>.

¹⁰ Desemprego oculto refere-se àqueles indivíduos em trabalho precário (auto-ocupação e trabalhos descontínuos ou irregulares, por exemplo) ou que não procuraram trabalho por motivo de desalento no período de referência. Desemprego aberto, por sua vez, refere-se aos indivíduos que buscaram trabalho de maneira efetiva no período.

Gráfico 7 - Resultados mercado de trabalho - Taxa de desemprego (%) - total, aberto, oculto - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Distrito Federal - média trimestral - janeiro de 2015 a dezembro de 2017



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

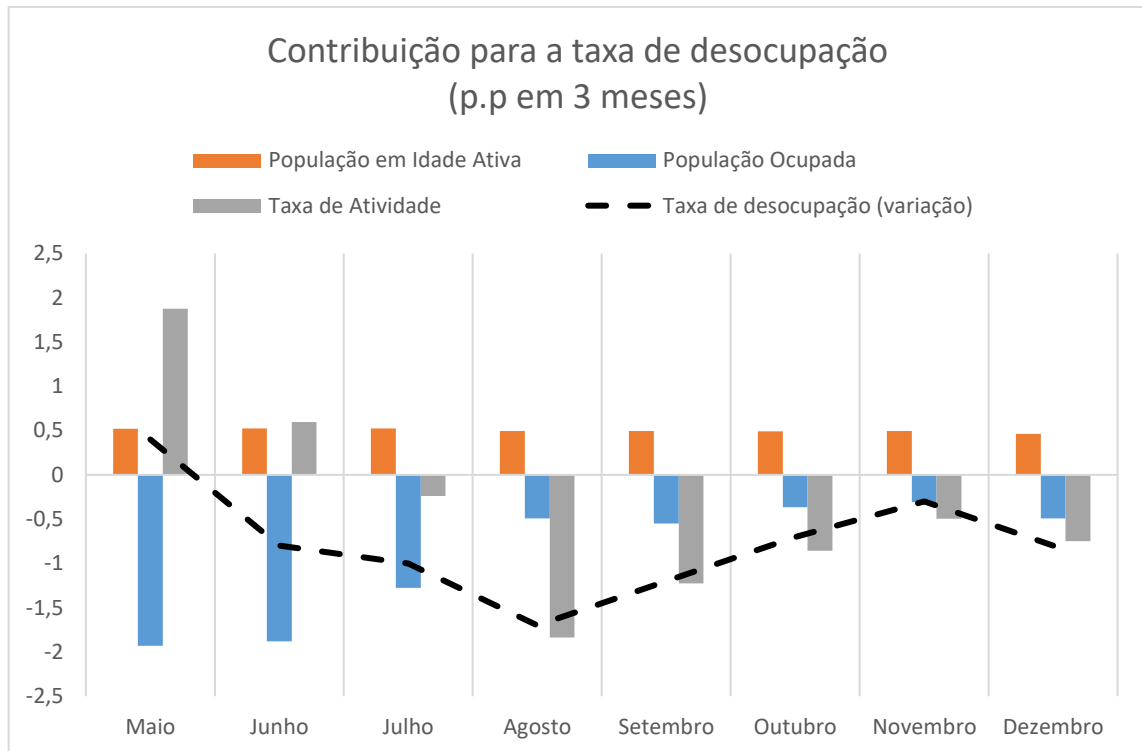
Quando analisada através de suas componentes, nota-se que grande parte da redução na taxa de desocupação total verificada no último trimestre de 2017 em relação ao trimestre anterior foi reflexo da queda na taxa de participação.¹¹ O exercício de decomposição da taxa de desocupação (Gráfico 8) mostra que a queda na taxa de atividade contribuiu com 0,74pp para a redução na taxa de desocupação – ou 60% da contribuição total para a redução –, enquanto o crescimento da população ocupada contribuiu com 0,49pp – os 40% restantes.¹²

Não obstante a importante contribuição da queda na taxa de atividade para a redução da taxa de desocupação desde julho, alguns sinais sugerem que este processo pode estar próximo de acomodar ou, eventualmente, de iniciar trajetória de reversão. Mais especificamente, a taxa de atividade alcançou 65,7% em dezembro de 2017 – valor próximo da mediana e igual à média da série histórica iniciada em março de 2012 –, acumulando redução de 1,5pp em relação ao mesmo mês do ano passado. Além disso, a recuperação da atividade econômica tende a encorajar a busca por emprego daqueles em situação de desalento. Dito de outra forma, parece existir pouco espaço para reduções mais pronunciadas na taxa de atividade. Caso este cenário se confirme, a manutenção da trajetória de queda na taxa de desocupação dependerá fundamentalmente do aumento na ocupação.

¹¹ A taxa de participação é a razão entre a população economicamente ativa (ocupados mais desocupados que buscam emprego) e a população em idade ativa (todos com idade igual ou acima de 15 anos). Dito de outra forma, é a oferta efetiva de trabalhadores no mercado de trabalho.

¹² Este exercício foi baseado no box “Decomposição da evolução da taxa de desemprego” do Relatório Trimestral de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil no terceiro trimestre de 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/09/ri201409b1p.pdf>.

Gráfico 8 - Decomposição da taxa de desocupação por componentes: população em idade ativa (PIA), população ocupada (PO) e taxa de atividade (TA) - Distrito Federal - maio a dezembro de 2017



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No que diz respeito à ocupação, a PED registrou avanço de 0,6% no número total de ocupados em dezembro em relação a setembro, considerada a média móvel de três meses. Cabe ressaltar que esta expansão se concentrou nos empregados domésticos (6,1%) e autônomos (5,4%). Por outro lado, o número de ocupados no setor público e no setor privado com carteira assinada recuou 3,9% e 1,4%, respectivamente. Por fim, é importante notar que o desempenho positivo do setor privado consolidado só ocorreu por conta de forte elevação no número de ocupados sem carteira assinada (16,7%). Na comparação com o trimestre encerrado em dezembro de 2016, os resultados apontam dinâmica bastante similar, embora em magnitude mais modesta.

Em termos setoriais, o grande destaque é o setor de *Serviços*, com avanço de 1,5% sobre o trimestre anterior. Apesar do número modesto, este setor representa cerca de 70% do total de ocupados no Distrito Federal, de modo que mesmo variações moderadas exercem impactos relevantes. Com efeito, o crescimento no número de ocupados neste setor somou 14 mil no trimestre móvel encerrado em dezembro. Outro destaque positivo foi o setor da *Construção*, que encerrou dezembro com 10 mil ocupações a mais que o observado em setembro. Trata-se de uma expansão de 17,2% sobre o trimestre anterior. Vale ressaltar que ambos os setores registraram elevações também na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior.

Por outro lado, os setores de *indústria de transformação*, *comércio* e *administração pública* apresentaram retrações de 10%, 1,3% e 3,7%, respectivamente. Estes resultados devolvem, em alguma medida, o bom desempenho destes setores no trimestre anterior. Na comparação com dezembro de 2016, todavia, *comércio* e *administração pública* registraram avanço, ao passo que a retração na *indústria de transformação* foi bem mais modesta.

Tabela 5 - Resultados mercado de trabalho - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Distrito Federal - Dezembro de 2017

Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)							
				dez-2017/set-2017		dez-2017/dez-2016	
	dez/16	set/17	dez/17	Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade ativa	2.418	2.464	2.478	0,6	14	2,5	60
Economicamente ativa	1.623	1.634	1.630	-0,2	-4	0,4	7
Ocupados	1.321	1.329	1.337	0,6	8	1,2	16
Desocupados	302	305	292	-4,3	-13	-3,3	-10
Em desemprego aberto	260	260	248	-4,6	-12	-4,6	-12
Em desemprego oculto	43	45	45	0,0	0	4,7	2
Inativos com 14 anos ou mais	795	830	849	2,3	19	6,8	54
<i>Posição na ocupação</i>							
Total de ocupados	1.321	1.329	1.337	0,6	8	1,2	16
Total de assalariados	953	960	956	-0,4	-4	0,3	3
Setor privado	657	654	663	1,4	9	0,9	6
Com carteira assinada	551	558	550	-1,4	-8	-0,2	-1
Sem carteira assinada	106	96	112	16,7	16	5,7	6
Setor público	295	305	293	-3,9	-12	-0,7	-2
Autônomos	183	185	195	5,4	10	6,6	12
Empregados domésticos	81	82	87	6,1	5	7,4	6
Demais posições	104	102	99	-2,9	-3	-4,8	-5
<i>Setor da ocupação</i>							
Total de ocupados	1.321	1.329	1.337	0,6	8	1,2	16
Indústria de transformação	47	50	45	-10,0	-5	-4,3	-2
Construção	67	58	68	17,2	10	1,5	1
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	236	239	236	-1,3	-3	0,0	0
Serviços	947	956	970	1,5	14	2,4	23
Administração pública, defesa e seguridade social	179	189	182	-3,7	-7	1,7	3
<i>Rendimento médio real (em reais) dos ocupados, assalariados</i>							
Ocupados	3.373	3.633	3.605	-0,7	-28	6,8	232
Taxas (em pontos percentuais)				Variação p.p.			
Taxa de desemprego total	18,6	18,7	17,9	-0,8	-0,7	18,6	18,7
Taxa de desemprego aberto	16,0	15,9	15,2	-0,7	-0,8	16,0	15,9
Taxa de desemprego oculto	2,6	2,8	2,7	-0,1	0,1	2,6	2,8
Nível da ocupação	81,4	81,3	82,0	0,7	0,6	81,4	81,3
Taxa de participação na força de trabalho	67,1	66,3	65,8	-0,5	-1,3	67,1	66,3

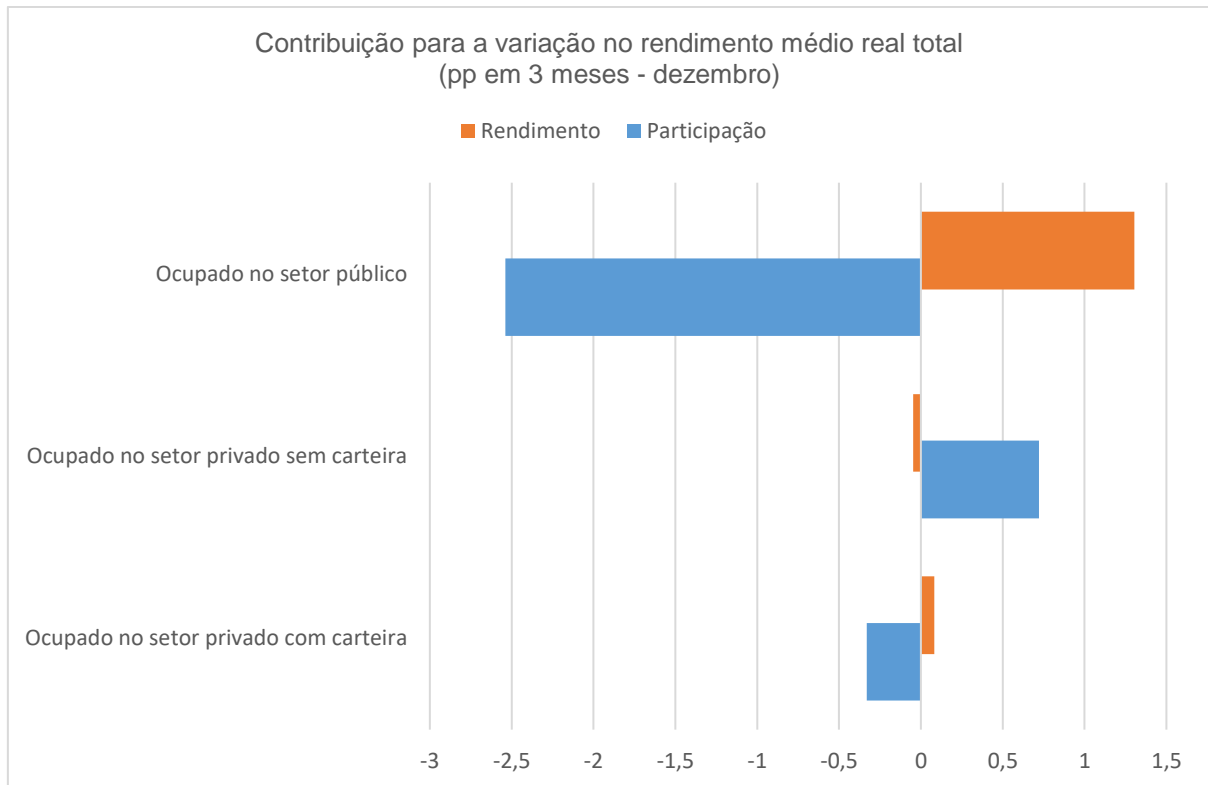
Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Apesar da elevação no número de ocupados, o rendimento médio dos assalariados sofreu redução de 0,7% em termos reais na passagem de setembro para dezembro, utilizando como referência a média móvel de três meses. Este resultado pode ser atribuído ao fato de os salários daqueles que são admitidos ou desligados serem inferiores ao salário daqueles que permanecem ocupados.¹³ Além disso, contribuiu a diminuição da participação relativa

¹³ De acordo com o box "Comportamento recente do rendimento do trabalho" do boletim regional do Banco Central do Brasil, divulgado em julho de 2017, os trabalhadores demitidos ou contratados recebem, respectivamente, 56% e 50% a menos que aqueles que permanecem ocupados, em média.

dos ocupados no setor público.¹⁴ Por tratar-se de um grupo com maior rendimento médio e grande parcela no total de trabalhadores ocupados (cerca de um terço dos assalariados), este movimento acaba exercendo forte influência no rendimento médio total. Vale destacar que o avanço no rendimento desta categoria ajudou a amortecer este impacto.

Gráfico 9 - Decomposição do rendimento médio total em rendimento e participação, por posição na ocupação - Distrito Federal - dezembro de 2017



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Os dados da PNAD Contínua trimestral (IBGE) referentes ao quarto trimestre contrariam a leitura da PED. Em especial, a taxa de desocupação foi de 13,2% em dezembro, contra 12,3% em setembro – avanço de 0,9pp. Por um lado, o total de ocupados recuou 0,6%, ante estabilidade no trimestre anterior. Por outro lado, a forte redução que vinha sendo observada na taxa de atividade e que ajudou a reduzir a taxa de desocupação nos últimos trimestres registrou contribuição próxima a zero no trimestre de referência. Isto parece corroborar a avaliação de que a taxa de atividade deve acomodar nos próximos trimestres, tornando fundamental a geração de novos postos de trabalho a fim de manter a trajetória cadente da taxa de desocupação.

¹⁴ Este exercício foi baseado no box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Julho de 2017.
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/07/br201707b2p.pdf>.

Tabela 6 - Resultados mercado de trabalho - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral - Distrito Federal - 4º Trimestre de 2017

Indicadores da PNAD Contínua - População de 14 anos ou mais de idade							
				4º Tri 2017 / 3º Tri 2017		4º Tri 2017 / 4º Tri 2016	
	out-nov- dez/2016	jul-ago- set/2017	out-nov- dez/2017	Variação %	Diferença	Variação %	Diferença
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade para trabalhar	2.423	2.501	2.520	0,8	19	4,0	97
Na força de trabalho	1.641	1.632	1.640	0,5	8	-0,1	-1,0
Ocupada	1.413	1.431	1.423	-0,6	-8	0,7	10,0
Desocupada	228	201	217	8,0	16	-4,8	-11,0
Fora da força de trabalho	782	869	880	1,3	11	12,5	98
<i>Posição na ocupação</i>							
Empregado no setor privado com carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	550	540	535	-0,9	-5	-2,7	-15
Empregado no setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	98	129	137	6,2	8	39,8	39
Trabalhador doméstico	112	102	99	-2,9	-3	-11,6	-13
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	319	315	304	-3,5	-11	-4,7	-15
Empregador	71	67	80	19,4	13	12,7	9
Conta própria	255	270	263	-2,6	-7	3,1	8
Trabalhador familiar auxiliar	8	7	6	-14,3	-1	-25,0	-2
<i>Rendimento médio real habitual (em reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	3.811	3.777	3.979	5,3	202	4,41	168
<i>Massa de rendimento real habitual (em milhões de reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	5.349	5.372	5.636	4,9	264	5,37	287
Taxas (em pontos percentuais)							
Taxa de desocupação	13,9	12,3	13,2	-	0,9	-	-0,7
Nível da ocupação	58,3	57,2	56,5	-	-0,7	-	-1,8
Taxa de participação na força de trabalho	67,7	65,2	65,1	-	-0,1	-	-2,6

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/ IBGE
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Tabela 7 - Saldo de vínculos empregatícios⁽¹⁾ no CAGED - Distrito Federal - Dezembro de 2017

Variação Absoluta (pessoas) do número de empregos						
Setores de Atividade Econômica	DISTRITO FEDERAL					
	2016	1º trimestre	2º semestre	3º trimestre	4º trimestre	Em 12 meses
Total de vínculos	-27.252	619	-713	4.237	-3.770	373
Agropecuária	16	476	-179	-156	-212	-71
Indústria	-8.253	-767	509	954	-816	-120
<i>Extrativa mineral</i>	-3	-11	2	0	6	-3
<i>Indústria de transformação</i>	-1.557	-171	13	-53	142	-69
<i>Construção Civil</i>	-6.339	-549	553	1.018	-775	247
<i>Serviços Industriais de Utilidade Pública</i>	-354	-36	-59	-11	-189	-295
Serviços	-19.015	910	-1.043	3.439	-2.742	564
<i>Demais serviços</i>	-11.999	2.498	-639	3.582	-4.114	1.327
<i>Comércio</i>	-6.918	-1.571	109	-62	1.481	-43
<i>Administração Pública</i>	-98	-17	-513	-81	-109	-720

Fonte: RAIS/CAGED - Ministério do Trabalho
Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1) dentro e fora do prazo.

Por fim, a análise dos registros administrativos do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED/MTE) mostra queda expressiva no saldo de admitidos no mercado de trabalho formal. As demissões superaram as admissões em 3.770 na soma dos últimos três meses de 2017, com destaque para o setor de serviços que fechou, em termos líquidos, 2.742 postos de trabalho.

Todavia, é importante ressaltar que este resultado é fortemente influenciado pela sazonalidade de dezembro, mês no qual historicamente o saldo é bastante negativo. Apesar disto, 2017 registrou geração líquida de 373 postos de trabalho formais. Embora modesto, este número representa uma grande evolução quando comparado a 2016, ano em que houve o fechamento líquido de 27.300 postos de trabalho formais.

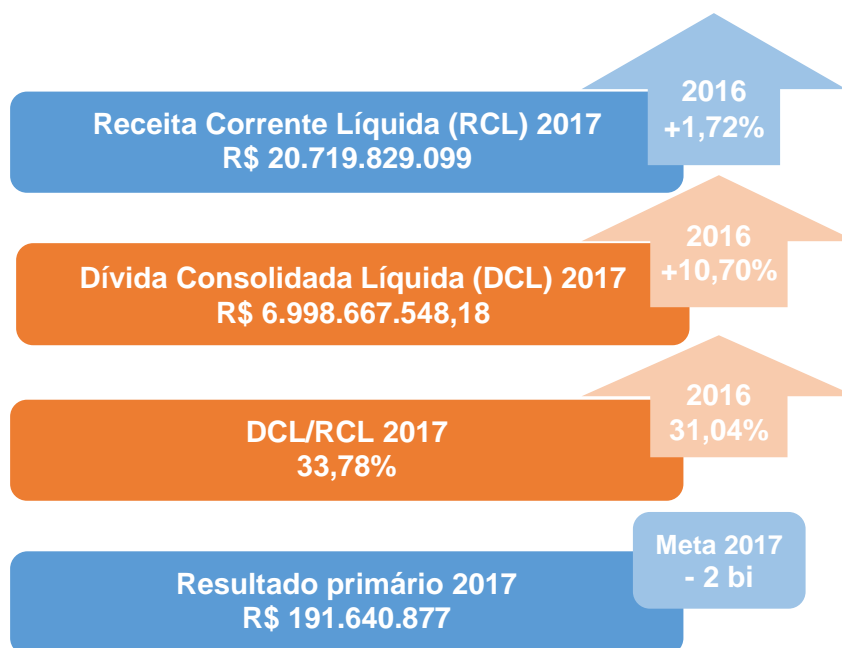
6. RESULTADO FISCAL DO DF

Os setores de *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)* representaram 44,7% do total do PIB do Distrito Federal em 2015. Nesses setores estão incluídos os serviços prestados e executados pela esfera federal no DF e, também, pela esfera distrital. A condição do DF faz com que o peso da administração pública na economia brasiliense seja maior relativamente a outros estados, mesmo ao se retirar a participação do Governo Federal no PIB. Essa condição torna pertinente incluir a avaliação das finanças públicas distritais no contexto de uma análise de conjuntura.

Pelo lado da receita, é importante avaliar o comportamento da arrecadação de impostos estaduais e municipais como forma de sinalizar o desempenho da produção e do consumo de bens e serviços da região. Além disso, também é importante identificar o papel de transferências e fundos na composição das receitas. Pelo lado da despesa, é possível acompanhar o comportamento dos gastos do governo local, avaliando seu grau de compromisso com austeridade fiscal, e se as políticas fiscais executadas estão atingindo seus objetivos. Por fim, é relevante também acompanhar a sustentabilidade da dívida no longo prazo. A saúde fiscal das finanças distritais passa pela capacidade de pagamento futura, a partir da avaliação das finanças no presente. Esses indicadores, quando positivos, permitem oferecer maiores oportunidades de captação de recursos para investimentos que beneficiem a população.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre os principais indicadores fiscais, são citados a Dívida Consolidada Líquida (DCL), a Receita Corrente Líquida (RCL), a relação entre as duas, ou seja, DCL/RCL, o montante de investimentos feito pelo governo distrital e, também, a capacidade de pagamento do DF. Estes são os indicadores analisados a seguir.

Finanças Públicas do Distrito Federal¹⁵



6.1. Receitas

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Distrito Federal foi, em 2017, de R\$ 20,72 bilhões. Isso implica uma variação de 1,72% em relação ao ano de 2016. Para entender o comportamento da RCL, é necessário observar a sua composição, que se dá pela arrecadação tributária e pelas transferências correntes da União, deduzidos alguns itens explicitados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em relação à arrecadação tributária, o principal tributo do DF é o ICMS, assim como nas demais unidades da Federação. O ICMS correspondeu a 51,14% do total das receitas tributárias de 2017 e 36,48% da RCL, inferiores aos mesmos valores do ano anterior. Em 2016 essas proporções foram de 51,38% das receitas tributárias e 37,10% da RCL. Na comparação do último trimestre de 2017 ao mesmo período de 2016, é registrado um aumento real de 1,04% na arrecadação de ICMS, ainda que com uma queda de -1,49% da arrecadação tributária como um todo (Gráfico 10). Dessa forma, há indícios de uma recuperação, que é sentida pelo tributo de maior relevância do DF (o ICMS), ainda que não se possa dizer o mesmo para o total da arrecadação tributária.

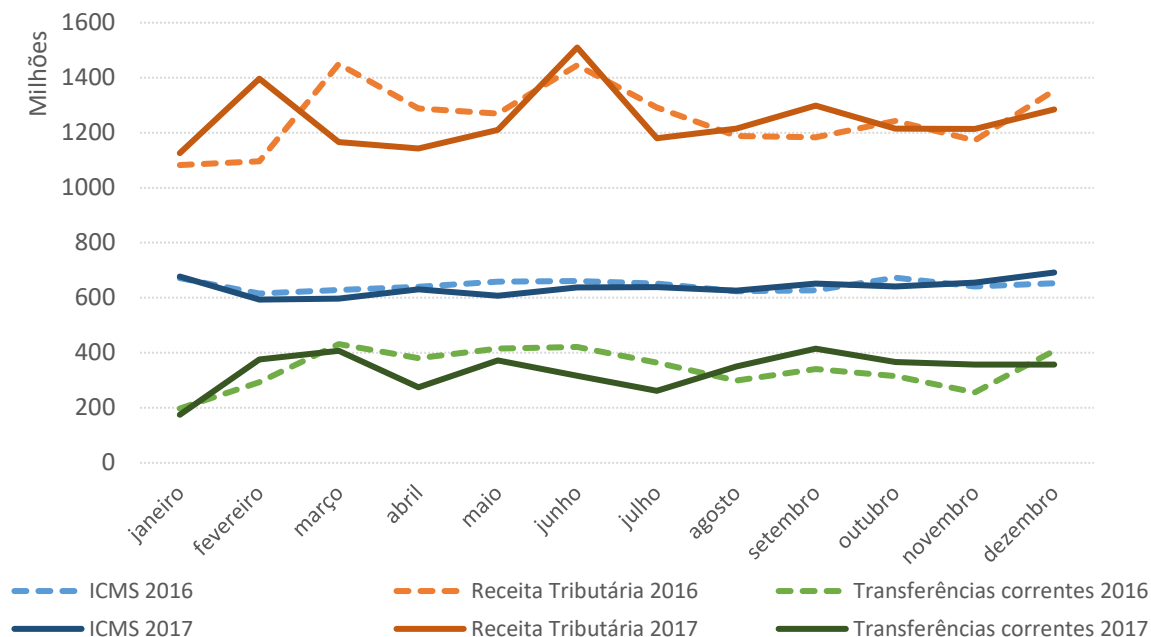
As transferências correntes da União, apesar de não acompanharem o pico ocorrido no mês de dezembro de 2016, conforme pode ser observado no Gráfico 10, tiveram um aumento real de 10,45% na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Cabe notar

¹⁵ Foram priorizados os dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), publicado pela Secretaria de Fazenda do GDF; suas variações são apresentadas em termos reais a preços do 3º quadrimestre de 2017 - periodicidade do relatório. Já as séries temporais mensais/bimestrais foram construídas a partir do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), publicado pela Secretaria de Fazenda do GDF, e são apresentadas em valores reais a preços de dezembro/6º bimestre de 2017. Os valores foram corrigidos pelo IPCA/IBGE. Divergências em relação aos valores que acumulam os 12 meses do RREO se devem à correção da série pela inflação do período.

O quadro-resumo da abertura da seção indica valores acumulado em 12 meses para RCL, DCL e DCL/RCL, extraídos do RGF. Os dados são quadrimestrais e indicam as variações reais a preços do 3º quadrimestre de 2017. Já o resultado primário foi obtido a partir das receitas executadas e das despesas liquidadas presentes no RREO.

que essas transferências reúnem aportes relativos às competências acumuladas do Distrito Federal – como Estado e Município – e aportes relativos à sua cota-parte de tributos federais, como IPI e ITR, e transferências da Lei Kandir e FUNDEB. O seu crescimento ao longo do ano reflete uma situação mais favorável da União no segundo semestre de 2017 em relação a 2016 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - comparação mensal 2016 e 2017 - R\$ milhões - valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Dado que há indícios de uma inversão do comportamento da atividade econômica do primeiro para o segundo semestre no Distrito Federal, o Gráfico 11 mostra o acumulado anual dessas receitas. Observa-se que, no saldo do ano, houve uma discreta diminuição real nos montantes em relação a 2016.

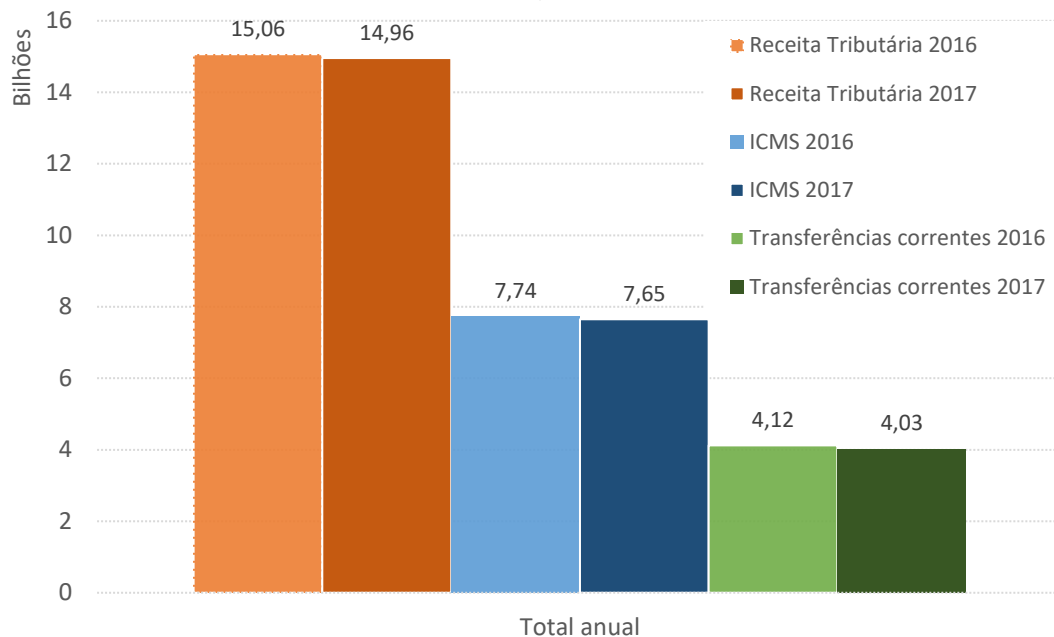
Outra fonte importante de receita do DF é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Este representa a mais importante transferência da União às contas do governo distrital, e é destinado principalmente a despesas com pessoal, na saúde, educação e segurança.¹⁶ Como não é contabilizado entre as transferências correntes, o FCDF é observado separadamente.

O aporte anual de recursos destinados ao FCDF é corrigido anualmente pela variação da RCL da União, conforme definido na lei que o constitui.¹⁷ De 2016 para 2017, esse aporte passou de R\$12,63 bi¹⁸ para R\$13,39 bi, configurando um aumento real de 5,98%. Do total de recursos transferidos ao Fundo, a parte destinada exclusivamente para gastos com pessoal sofreu um acréscimo de 3,96% em 2017. Note-se que 88,67% do volume total de recursos do FCDF foram utilizados para despesas com pessoal, proporção inferior a 2016, quando a proporção foi de 90,40% (Gráfico 13).

¹⁶ Como os gastos com segurança não são intermediados pelo Distrito Federal, consta aqui apenas o montante destinado a saúde e educação, registrados no RREO.

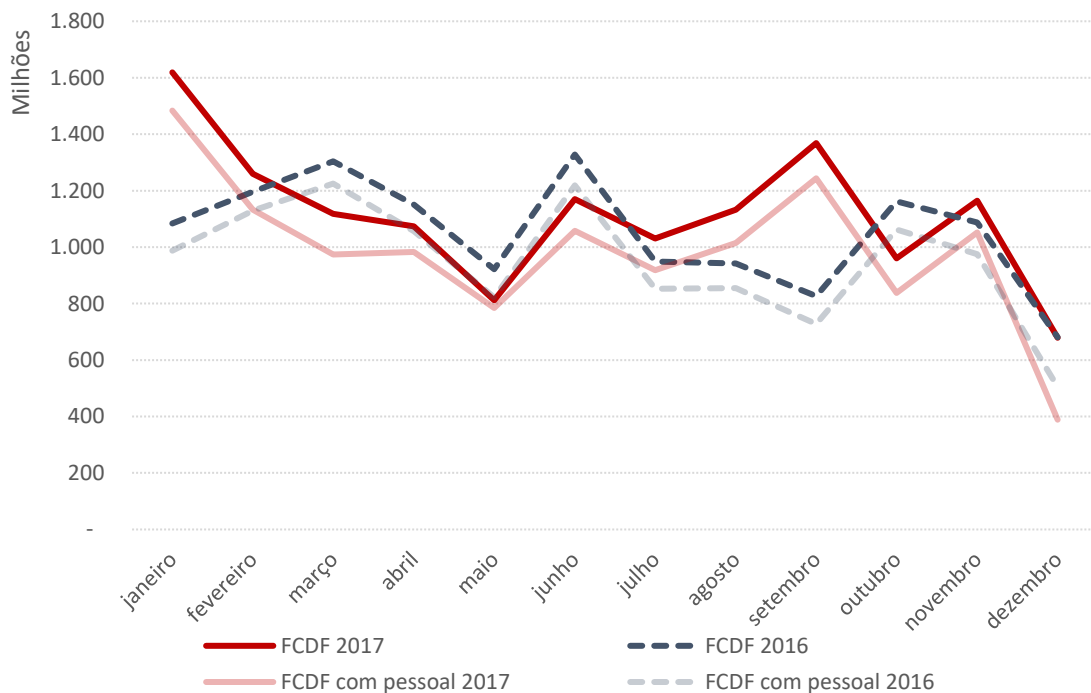
¹⁷ Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

¹⁸ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente a preços de dezembro de 2017 pelo IPCA/IBGE.

Gráfico 11 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - acumulado anual 2016 e 2017 - R\$ bilhões - valores reais¹⁹

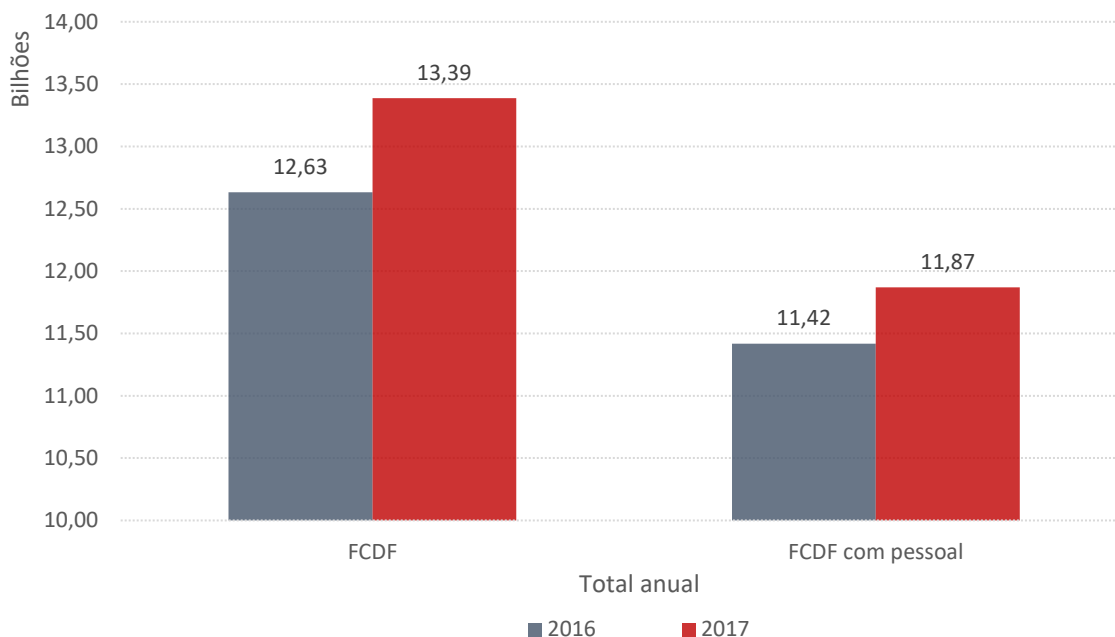
Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Além disso, o Gráfico 12 mostra um aumento do volume de recursos do Fundo a partir do segundo semestre de 2017, em comparação a 2016. Esse comportamento se deve a sua vinculação à RCL da União e, como foi observado ao longo deste boletim, a recuperação da economia brasileira ao longo de 2017 se reflete no aumento das receitas da União.

Gráfico 12 - Receita do FCDF e gasto com pessoal, Distrito Federal - R\$ milhões - valores reais - comparação mensal 2016 e 2017

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

¹⁹ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente, preços de dezembro de 2017.

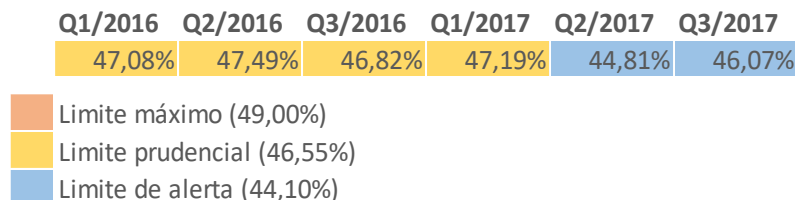
Gráfico 13 - Recursos do FCDF e gasto com pessoal, Distrito Federal - R\$ bilhões - Valores reais²⁰ - comparação do acumulado anual de 2016 e 2017

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

De forma geral, as receitas indicam uma recuperação no segundo semestre de 2017. Isso já pode ser notado na arrecadação de ICMS, mas com proporções tímidas e ainda não notadas na arrecadação dos demais tributos. Índícios mais evidentes de recuperação podem ser notados nas transferências da União, tanto por meio do FCDF quanto pelas transferências correntes.

6.2. Despesas

Diante da proposta de visão geral deste boletim, foi priorizada a análise do comportamento de duas despesas do Distrito Federal, sendo elas os gastos com pessoal e os investimentos.

Figura 3 - Gasto líquido com pessoal sobre Receita Corrente Líquida (RCL), Distrito Federal - quadrimestres de 2016 e 2017²¹

Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: Dieps/Codeplan

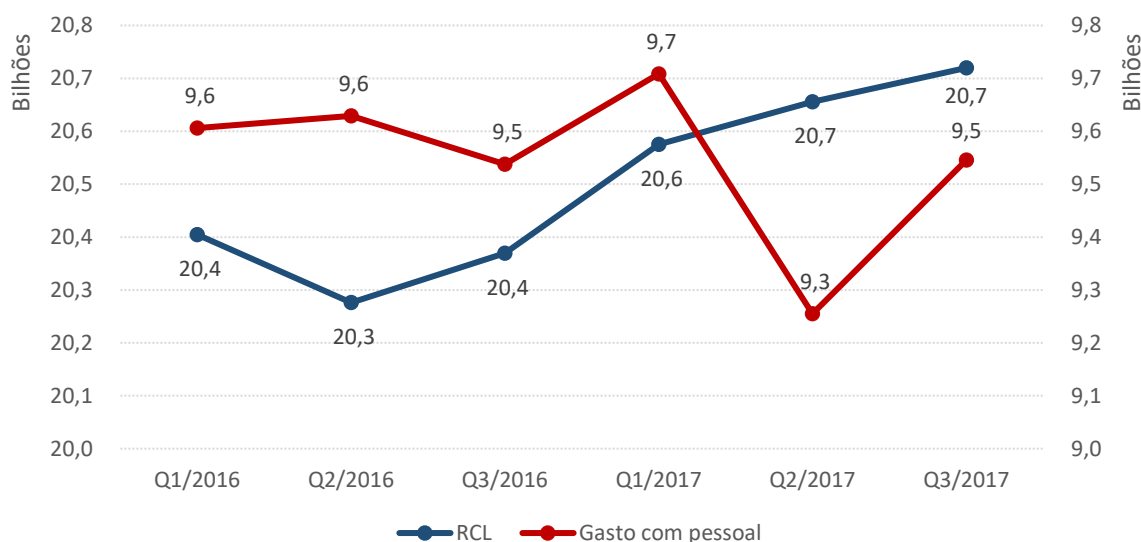
²⁰ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente a preços de dezembro de 2017 pelo IPCA/IBGE.

²¹ Proporção divulgada quadrimestralmente, referente às despesas executadas nos últimos 12 meses.

Foi indicada maior disciplina fiscal nos gastos com pessoal em relação a 2016, ponto de grande relevância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ainda que com uma piora em relação ao segundo quadrimestre de 2017. O Distrito Federal encerrou 2016 com a proporção de gasto com pessoal em 46,82% da RCL, no *limite prudencial* da LRF (entre 46,55% e 49,00%). E, em 2017, encerrou o ano em 46,07%, se mantendo no limite inferior, o *limite de alerta* (44,10% e 46,54%), como mostra a Figura 3. Isso indica maior disciplina fiscal, porque o aumento real da RCL correspondeu a 1,72% enquanto o dos gastos com pessoal foi de 0,08%.

O comportamento quadrimestral de cada item é apresentado no Gráfico 14. A RCL tem mostrado uma trajetória gradual e crescente desde o segundo quadrimestre de 2016, enquanto o gasto com pessoal se manteve relativamente estável até a queda no segundo quadrimestre de 2017, retornando, logo após, ao patamar de 2016. Essa piora do quadro nos últimos quatro meses do ano se deu por um aumento de 3,14% dos gastos com pessoal, enquanto a receita variou somente 0,31%, em termos reais.

Gráfico 14 - Receita corrente líquida (RCL) e gastos com pessoal, Distrito Federal - R\$ bilhões - Valores reais - quadrimestres de 2016 e 2017



Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: Dieps/Codeplan

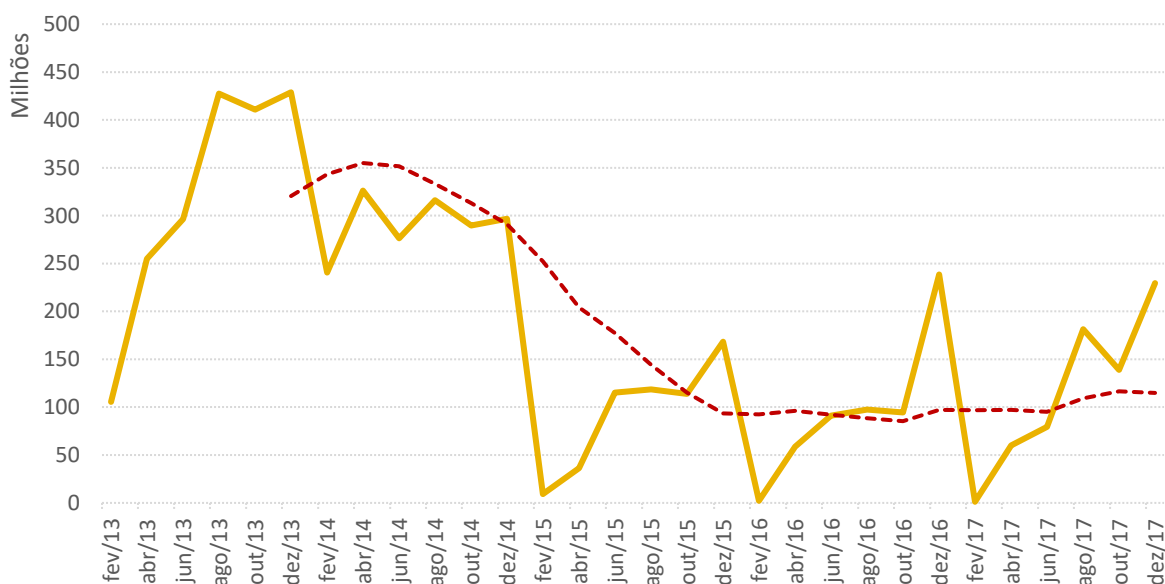
Quanto ao aumento do gasto com pessoal no último quadrimestre de 2017, dois elementos tiveram destaque: a variação de 19,89% nas *Despesas com pessoal custeadas por Recursos do Fundo Constitucional*; e a elevação de 4,00% da *Despesa bruta com pessoal do executivo*, incluindo *ativos* (4,81%) e *inativos* (2,77%). Em relação ao primeiro elemento, as despesas com pessoal que são custeadas pelo FCDF são abatidas da despesa bruta de pessoal, de modo que possuem impacto nulo sobre as finanças do DF. Portanto, aumentos (ou quedas) nesses gastos custeados pelo Fundo não induzem a uma piora (ou melhora) do indicador da LRF (Gastos líquidos com pessoal/RCL). Mesmo não tendo impacto sobre o indicador, também se trata de despesa com pessoal. E foi a que mais cresceu do segundo para o terceiro quadrimestre de 2017. Já quanto ao segundo elemento, os gastos com ativos correspondem a 64,23% da *despesa bruta com pessoal do executivo*, de modo que a piora do indicador da LRF pode ser interpretada de forma bastante direta: se deu via aumento da folha de pagamentos.

6.3. Investimentos

Outro ponto relevante na análise da evolução das despesas governamentais diz respeito aos investimentos. Na comparação dos valores acumulados no ano, o volume de investimentos públicos distritais teve um aumento real de 18,51% de 2016 para 2017.²² Mas os valores apresentam grande oscilação ao longo dos meses, com típica elevação no último bimestre de cada ano. Tendo em vista essa sazonalidade observada no final de cada ano, o comportamento mensal do volume de investimentos nos últimos cinco anos pode ser observado no Gráfico 15.

A partir de 2015, o patamar de investimentos teve uma queda visível, como mostra a linha vermelha de tendência anual, acompanhando a entrada num contexto recessivo da atividade econômica da região. Assim, apesar da sazonalidade, a tendência a partir de 2015 (representada pela linha pontilhada) indica estabilidade do volume investido frente a 2016, mais uma vez corroborando a tese de estabilização do processo de retração econômica.

Gráfico 15 - Investimentos do Distrito Federal - R\$ milhões - valores reais - série bimestral 2013 a 2017²³



Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: Dieps/Codeplan

6.4. Resultado e Meta

O resultado primário do DF, medida que avalia o esforço fiscal do governo, correspondeu a R\$ 191,64 milhões²⁴ em 2017. A meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o de R\$ - 2,07 bilhões. Ou seja, o governo fechou o ano em uma posição significativamente mais favorável do que a estabelecida na meta. Entretanto, apesar de superavitário e cumprindo com folga a meta, se observado comparativamente ao total da RCL, o resultado primário correspondeu a 0,92% da

²³ Somatório dos valores reais corrigidos bimestralmente a preços de dezembro de 2017 pelo IPCA/IBGE. Foi utilizada uma média móvel de três quadrimestres para representar a tendência anual.

²⁴ Resultado obtido pela diferença entre as receitas realizadas e despesas liquidadas do RREO do 6º bimestre de 2017.

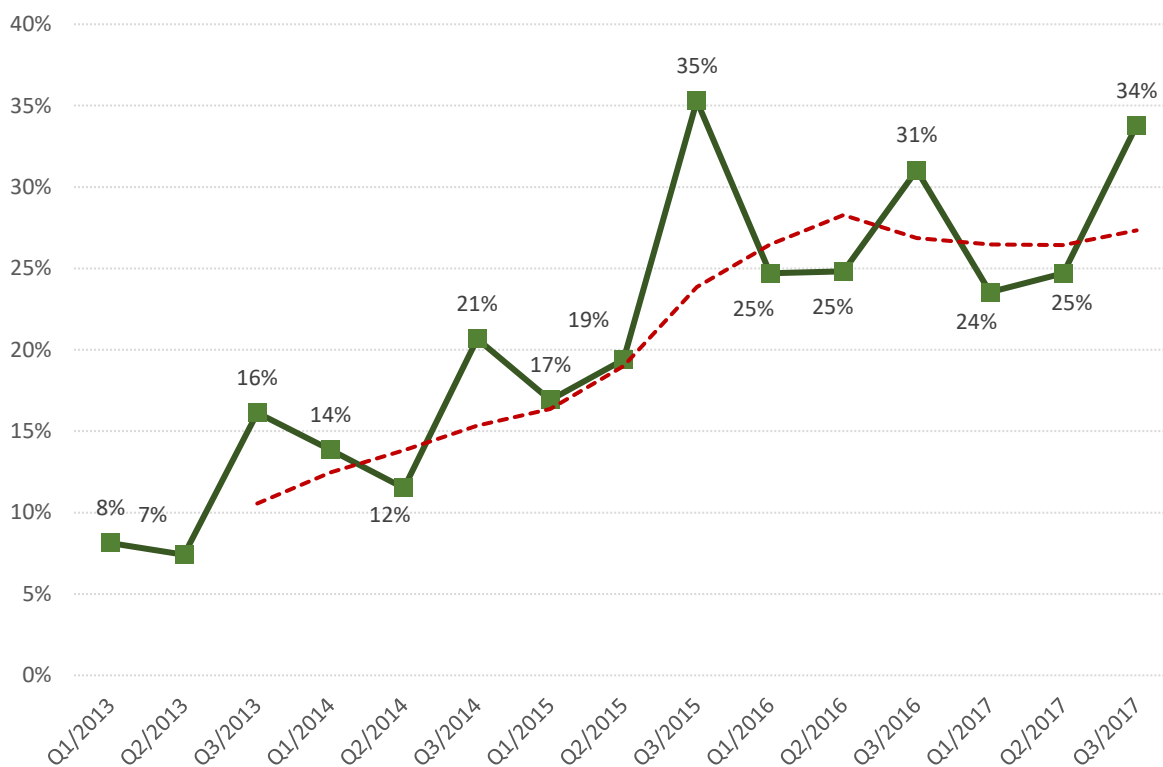
das receitas enquanto em 2016, correspondeu a 1,70%. Ou seja, houve uma piora do superávit primário visto sob esse indicador.

6.5. Sustentabilidade do Endividamento

Um dos mais importantes indicadores fiscais para as unidades federativas é a proporção da Dívida Consolidada Líquida²⁵ sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), no período de 12 meses. Essa proporção estava em 31,04% em dezembro de 2016,²⁶ passando para 33,78% no mesmo período de 2017, patamares distantes do *limite de alerta* (180%) e do *limite por resolução do Senado Federal* (200%).

No entanto, apesar da aparente estabilidade na comparação entre os períodos, esse indicador estava em 24,70% no 2º quadrimestre de 2017, sofrendo um aumento de 9,08 p.p.. O Gráfico 16 mostra o seu comportamento nos últimos cinco anos. O último quadrimestre do ano tipicamente indica um endividamento maior que no restante do ano. Contudo, a linha de tendência do endividamento (representada pela linha pontilhada) do DF mostrou crescimento substancial até 2016, se mantendo relativamente estável em 2017. Isso sugere que, apesar do endividamento do DF não indicar níveis preocupantes em relação aos limites legais, seu crescimento foi substancial nos últimos anos.

Gráfico 16 - Dívida consolidada líquida sobre Receita corrente líquida, Distrito Federal - série quadrimestral 2013 a 2017



Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: Dieps/Codeplan

²⁵ De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a DCL representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

²⁶ Acumulado 12 meses, dados do 3º quadrimestre de 2017; são indicadas as variações reais corrigidas ao IPCA/IBGE a preços do 3º quadrimestre de 2017.

Por fim, outro indicador de saúde fiscal é a avaliação da Capacidade de Pagamento (CAPAG) das unidades federativas. A CAPAG é realizada pela Secretaria de Tesouro Nacional e é um dos pré-requisitos, diante do pleito de governos estaduais/distrital, para contratação de operações de crédito (interno e/ou externo) que venham a possuir aval ou garantia da União (Figura 4).

Figura 4 - Sinalização da Capacidade de Pagamento (CAPAG) da Secretaria de Tesouro Nacional - Unidades Federativas - 2014 a 2017

UF	2014	2015	2016	2017
AC	B	B	B	B
AL	C	C	C	B
AM	A	B	B	B
AP	B	B	B	B
BA	C	C	C	C
CE	A	B	B	B
DF	C	C	C	C
ES	A	A	A	A
GO	B	B	C	C
MA	C	B	B	B
MG	C	C	*	*
MS	B	C	C	C
MT	B	B	B	C
PA	A	A	A	A
PB	B	B	B	B
PE	C	C	C	C
PI	B	C	C	C
PR	C	C	*	B
RJ	C	D	D	D
RN	B	*	C	B
RO	C	C	C	B
RR	C	B	B	B
RS	D	D	D	D
SC	B	B	B	C
SE	C	C	C	C
SP	B	B	B	B
TO	A	B	C	C

Fonte: Extraído de Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – Versão Final, Secretaria do Tesouro Nacional

No cálculo da CAPAG, são considerados três indicadores fiscais: de endividamento,²⁷ de poupança corrente²⁸ e de liquidez.²⁹ Cada indicador recebe uma nota que varia entre **A**, **B** e **C**, em função do valor assumido em cada situação. A partir dessas notas parciais, atribui-se, então uma nota final ao ente da federação, que varia de **A**, para uma situação fiscal

²⁷ O indicador de endividamento é dado pela relação entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida.

²⁸ O indicador de poupança corrente corresponde à relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas.

²⁹ O indicador de liquidez é a relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta, considerando-se apenas as fontes de recursos não vinculadas. Este indicador apura a existência de recursos prontamente utilizáveis e não vinculados a determinados destinos para fazer frente às obrigações financeiras de curto prazo.

excelente, a **D**, situação de desequilíbrio fiscal. Conforme pode ser visto na Figura 4, o Distrito Federal obteve, segundo boletim da STN,³⁰ a sinalização **C** desde 2014, indicando uma saúde fiscal classificada como crítica pelo quarto ano seguido.

³⁰ Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – Versão Final, Secretaria do Tesouro Nacional.

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br